



**ISPA**  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO  
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**O PENSAMENTO CONTRAFACTUAL  
EM IDOSOS:  
ATORES VERSUS OUVINTES**

LAURA CRISTINA SOUSA SILVA

Orientador de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA ANA CRISTINA QUELHAS

Orientador de Seminário:

PROFESSORA DOUTORA ANA CRISTINA QUELHAS

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

**MESTRE EM PSICOLOGIA**

Especialidade em Psicologia Clínica

2018

## AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este percurso tão importante da minha vida queria expressar o meu agradecimento a todos aqueles que estiveram presentes e me apoiaram, direta e/ou indiretamente, nesta caminhada.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à pessoa mais importante da minha vida, a minha mãe, pelo apoio, dedicação, compreensão, incentivo, motivação, pelo amor incondicional...POR TUDO! Pois sem ela, seria impossível estar a realizar este sonho. Obrigada mãe, por seres a melhor do mundo!

Ao meu irmão, por estar sempre presente e por ser o meu “ombro-amigo” nos bons e maus momentos, um muito obrigado!

Um muito obrigado, ao melhor namorado do mundo, por estar sempre comigo, por acreditar em mim e nas minhas capacidades, por lutar comigo todos os dias para que o amanhã seja sempre melhor que o hoje, por ter paciência para me aturar, por ser não só um namorado como também um melhor amigo, pelo amor incondicional. Obrigada por seres quem és.

À minha avó, por ter sempre uma palavra amiga a dizer. À minha restante família, que sempre me incentivou e acreditou em mim.

Aos meus amigos de e para uma vida inteira, que ao longo deste percurso académico, e não só, estiveram sempre presentes e me ajudaram nos momentos mais difíceis.

À minha orientadora, Professora Ana Cristina Quelhas, pela enorme disponibilidade, orientação, compreensão, paciência e motivação ao longo dos últimos meses.

À Professora Célia Rasga, pela sua disponibilidade, ajuda e atenção.

Por último, dedico este percurso, ao meu pai, por ser um exemplo a seguir, um guerreiro, um lutar, um Homem como há poucos. Um muito obrigado, por seres a minha estrelinha da sorte! Sei que se estivesses aqui estarias orgulhoso da tua princesa.

## RESUMO

A presente investigação teve como objetivo estudar as diferenças entre o nível etário (idosos vs. jovens adultos) em relação ao foco do pensamento contrafactual, quando inseridos na condição de ator versus ouvinte.

Participaram neste estudo um total de 80 sujeitos, em que 40 eram idosos e os restantes 40 eram jovens adultos. Em ambos níveis etários os participantes foram divididos aleatoriamente por duas condições: atores ou ouvintes.

Em relação à condição de ator, os participantes tiveram de escolher entre dois envelopes, em que foi dito que num continha uma multiplicação difícil e noutra uma multiplicação fácil, mas na verdade ambos os envelopes continham uma multiplicação difícil e igual ( $68 \times 76$ ). Posteriormente, os participantes eram estimulados a pensar numa realidade alternativa, cujo resultado fosse positivo para os mesmos. Já, em relação à condição de ouvinte, os participantes ouviram uma história cujo protagonista escolhe um envelope (em que é dito que existe um com uma multiplicação fácil e outro com uma difícil) e falha na resolução da multiplicação. Depois, era pedido aos ouvintes que desenvolvessem uma realidade alternativa na qual a protagonista da história teria sucesso na resolução da tarefa.

Os resultados vão ao encontro do esperado na condição de ouvinte, i.e., ambos os grupos (idosos e jovens adultos) focam principalmente a Escolha do envelope, imaginando que se tivessem escolhido o envelope com a conta fácil teriam melhor resultado. Já, na condição de ator, tal como esperado, os jovens adultos focam mais a Situação (e.g., “Se tivesse mais tempo”; “Se tivesse uma máquina de calcular”), enquanto que os idosos focam mais o Sujeito (e.g., “Se eu fosse mais rápido a fazer contas”; “Se eu fosse mais novo”). Em conclusão, os idosos apresentam maior propensão para mudar coisas relacionadas com o próprio, quando confrontados com um resultado negativo e na posição de ator, contrariamente aos jovens adultos, que mudam mais coisas relacionadas com a situação. Na posição de ouvinte, os resultados seguem o mesmo padrão encontrado na literatura com leitores (Giroto et al., 2007; Pighin et al., 2011).

**Palavras-chave:** pensamento contrafactual, idosos, ator vs. ouvinte

## ABSTRACT

The present research aimed to study the differences between the age level (elderly vs. young adults) in relation to the focus of counterfactual thinking, when inserted in the condition of actor versus listener.

A total of 80 subjects participated in this study, in which 40 were elderly and the remaining 40 were young adults. At both age levels the participants were randomly divided by two conditions: actors or listeners.

As for the actor's condition, participants had to choose between two envelopes, where it was said that one contained a difficult multiplication and in another an easy multiplication, but in fact both envelopes contained a difficult and equal multiplication ( $68 \times 76$ ). Subsequently, participants were encouraged to think of an alternative reality whose outcome was positive for them. In turn, in the condition of listener, the participants heard a story whose protagonist chooses an envelope (being instructed that one would present an easy multiplication and the other a difficult one) and fails in the resolution of the multiplication. Then listeners were asked to develop an alternate reality in which the protagonist of the story would succeed in solving the task.

The results are in line with what was expected, in which, as a listener, both groups (elderly and young adults) focus mainly on Choice. As for the actor condition, as expected, young adults focus more on the Situation, while elderly focus more on the Subject.

In conclusion, the elderly are more likely to blame themselves when faced with a negative outcome, as opposed to young adults.

**Key-words:** counterfactual thinking, elderly, actor vs. listener

## Índice

Introdução .....	1
Pensamento Contrafactual.....	1
Definição e caracterização geral do conceito.....	1
A origem do pensamento contrafactual.....	2
Categorização dos pensamentos contrafactuais.....	3
Funções do pensamento contrafactual.....	4
Mutabilidade do pensamento contrafactual.....	7
Abordagens mais ecológicas do pensamento contrafactual.....	10
Atribuição causal.....	13
Pensamento contrafactual e Atribuição causal em idosos.....	15
Hipóteses Gerais.....	18
Método.....	19
Amostra.....	19
Delineamento.....	20
Material.....	21
Procedimento.....	21
Resultados.....	23
Codificação dos contrafactuais.....	23
Análise Estatística.....	24
Discussão.....	28
Limitações e sugestões para futuras investigações.....	31
Referências.....	33
Anexos.....	39
Anexo A – Consentimento Informado.....	40
Anexo B – Tarefa para a Condição de Ator.....	42
Anexo C – Tarefa para a condição de ouvinte.....	43
Anexo D – Respostas dos participantes e cotação dos juízes.....	44
Anexo E – Output do Acordo Inter-juízes.....	50
Anexo F – Outputs da Comparação dos Focos do Pensamento Contrafactual em relação ao Nível Etário e à Posição pelo Teste de independência do Qui-Quadrado.....	51

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1.</b> Caracterização da amostra.....	20
<b>Tabela 2.</b> Percentagem no Foco do Pensamento Contrafactual (escolha, situação, sujeito) em relação ao Nível Etário (idosos, jovens) e Posição (ator, ouvinte).....	25
<b>Tabela 3.</b> Valor do acordo inter-juízes através do coeficiente de kappa de Cohen.....	50
<b>Tabela 4.</b> Tabela de contingência para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e na Situação, em idosos, na Posição de ouvinte.....	52
<b>Tabela 5.</b> Teste Qui-Quadrado para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e na Situação, em idosos, na Posição de ouvinte.....	52
<b>Tabela 6.</b> Tabela de contingência para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e no Sujeito, em idosos, na Posição de ouvinte.....	53
<b>Tabela 7.</b> Teste Qui-Quadrado para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e no Sujeito, em idosos, na Posição de ouvinte.....	53
<b>Tabela 8.</b> Tabela de contingência para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e na Situação, em Jovens Adultos, na Posição de ouvinte.....	54
<b>Tabela 9.</b> Teste Qui-Quadrado para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e na Situação, em Jovens Adultos, na Posição de ouvinte.....	54
<b>Tabela 10.</b> Tabela de contingência para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e no Sujeito, em Jovens Adultos, na Posição de ouvinte.....	55
<b>Tabela 11.</b> Teste Qui-Quadrado para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e no Sujeito, em Jovens Adultos, na Posição de ouvinte.....	55
<b>Tabela 12.</b> Tabela de contingência para comparação dos Idosos e Jovens Adultos, na Posição de ouvinte, em relação ao foco do pensamento contrafactual na Escolha.....	56
<b>Tabela 13.</b> Teste Qui-Quadrado para comparação dos Idosos e Jovens Adultos, na Posição de ouvinte, em relação ao foco do pensamento contrafactual na Escolha.....	56
<b>Tabela 14.</b> Tabela de contingência para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Situação e no Sujeito, em Idosos, na Posição de ator.....	57
<b>Tabela 15.</b> Teste Qui-Quadrado para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Situação e no Sujeito, em Idosos, na Posição de ator.....	57
<b>Tabela 16.</b> Tabela de contingência para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Situação e no Sujeito, em Jovens Adultos, na Posição de ator.....	58
<b>Tabela 17.</b> Teste Qui-Quadrado para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Situação e no Sujeito, em Jovens Adultos, na Posição de ator.....	58

<b>Tabela 18.</b> Tabela de contingência para comparação dos Idosos e Jovens Adultos, na Posição de ator, em relação ao foco do pensamento contrafactual na Situação.....	59
<b>Tabela 19.</b> Teste Qui-Quadrado para comparação dos Idosos e Jovens Adultos, na Posição de ator, em relação ao foco do pensamento contrafactual na Situação.....	59
<b>Tabela 20.</b> Tabela de contingência para comparação dos Idosos e Jovens Adultos, na Posição de ator, em relação ao foco do pensamento contrafactual no Sujeito.....	60
<b>Tabela 21.</b> Teste Qui-Quadrado para comparação dos Idosos e Jovens Adultos, na Posição de ator, em relação ao foco do pensamento contrafactual no Sujeito.....	60

## **Introdução**

A presente investigação teve como objetivo estudar as diferenças entre o nível etário (idosos e jovens adultos) e o foco do pensamento contrafactual, perante a condição de ator versus ouvinte. Para tal, começou-se por fazer uma revisão de literatura sobre uma abordagem mais geral do pensamento contrafactual, fazendo referência a temas como: (1) caracterização geral do conceito; (2) origem do pensamento contrafactual; (3) categorização dos pensamentos contrafactuais; (4) funções do pensamento contrafactual; (5) mutabilidade do pensamento contrafactual.

Posteriormente, recorreu-se a uma revisão de literatura numa abordagem mais ecológica do pensamento contrafactual, em que nos baseamos essencialmente em estudos anteriores realizados por Giroto, Ferrante, Pighin e Gonzalez (2007) e por Pighin, Byrne, Ferrante, Gonzalez e Giroto (2011), que serviram como base para o presente estudo, uma vez que pretendemos igualmente seguir uma abordagem mais ecológica do pensamento contrafactual.

De seguida, considerou-se pertinente rever literatura relacionada com atribuição causal, visto que o presente estudo será feito numa perspetiva de atribuir uma causa.

Por fim, e tendo em conta que este estudo terá como foco os idosos, achou-se oportuno realizar uma revisão de literatura acerca do pensamento contrafactual e atribuição causal neste grupo etário.

## **Pensamento Contrafactual**

### **Definição e caracterização geral do conceito.**

Frequentemente damos por nós a pensar “E... se?”, inclusive imaginamos diversas situações que poderiam ter ocorrido de forma diferente, como “Se tivesse estudado mais, tinha tido uma melhor nota no exame” ou então, “Se tivesse acordado mais cedo, não teria perdido o comboio”. Esta capacidade para pensar em situações que poderiam ter acontecido, mas de facto não aconteceram, podem gerar variadas emoções, como tristeza, arrependimento, culpa, e.g. “Se tivesse ido pelo caminho do costume, não teria sido assaltada”, ou até mesmo felicidade, e.g. “Se nunca tivesse mudado de emprego, não seria tão feliz”. Pensar sobre o que poderia ter acontecido, isto é, em alternativas as decisões tomadas no passado é uma das principais características do pensamento e emoção humana (Epstude & Roese, 2008). E a este tipo de pensamento designamos por pensamento contrafactual (PCF).

O termo contrafactual foi inicialmente definido pelos filósofos como uma proposição contraditória ao fato, no sentido em que determina uma situação ou cenário que na verdade não aconteceu (Roese & Epstude, 2017). Efetivamente, o nosso pensamento não se limita à realidade factual, ou seja, não pensamos somente de acordo com os factos reais, mas sim criamos suposições acerca das possibilidades e impossibilidades, fazendo elaborações mentais de alternativas para eventos contrários aos factos, em que tendemos a alterar cognitivamente um acontecimento passado (Byrne & Quelhas, 1999). Assim, podemos considerar que os pensamentos contrafactuais são representações mentais de alternativas a acontecimentos passados, ações ou estados (Byrne, 2005; Roese, 1997).

De acordo com a literatura, nota-se que existe algum consenso em relação a determinadas características e particularidades acerca do pensamento contrafactual: (a) o pensamento contrafactual é uma inferência causal que contém um antecedente (se) e um conseqüente (então) (Epstude & Roese, 2008; Roese & Epstude, 2017); (b) a capacidade de criar contrafactuais desenvolve-se ao longo da infância (surgindo por volta dos 2-3 anos e continuando a se desenvolver até a adolescência) (Epstude & Roese, 2008; Byrne, 2015; Rasga, Quelhas & Byrne, 2016); (c) existe uma maior propensão para imaginar alternativas para ações do que para inações (Byrne, 2005); (d) os pensamentos contrafactuais tendem a suscitar diversos sentimentos e emoções, como arrependimento, culpa, tristeza, alívio ou até mesmo felicidade (Epstude & Roese, 2008; Goldinger, Kleider, Azuma & Beike, 2003); (e) as pessoas tendem a imaginar mais facilmente alternativas para eventos sobre os quais têm controlo, do que para eventos sobre os quais não têm controlo (Giroto, Legrenzi & Rizzo, 1991; Mandel, 2003; McCloy & Byrne, 2000; McEleney & Byrne, 2006).

### **A origem do pensamento contrafactual.**

Mas então onde e quando é que surgiu o fascínio pelo pensamento contrafactual? De acordo com Roese e Olson (1995a), o interesse pelas possibilidades deste tipo de pensamento, isto é, o estudo e a consideração do que poderia ter sido e do que poderia vir a ser, começou há muito tempo pelos filósofos da Grécia Antiga.

Embora, Platão e Aristóteles tenham sido, aparentemente, os pioneiros dos estudos relacionados com as possibilidades, foi no século XVII que o filósofo alemão, Leibniz, deu maior atenção a esta temática referindo que uma realidade alternativa seria possível dado que não contradizia as leis formais da lógica, e, assim poderia haver um número infinito de realidades possíveis (Roese & Olson, 1995a).

Contudo, só no século XX, a partir do desenvolvimento de sistemas de lógica simbólica por parte de alguns autores, e.g. Kvat (1986, cit. por Roese & Olson, 1995a), é que houve uma elucidação mais rigorosa acerca dos estudos das possibilidades inexistentes, levando assim a que fosse somente nesta altura que este conceito começasse a ser visto com mais credibilidade e menos ceticismo (Roese & Olson, 1995a).

No que se refere ao interesse da psicologia pelo estudo dos pensamentos contrafactuais, denota-se que, contrariamente ao da filosofia, é muito mais recente. De acordo com Roese (1994), uma das principais razões por este interesse deve-se ao facto dos pensamentos contrafactuais influenciarem a formação e expressão de diversos tipos de julgamentos e sentimentos.

Relativamente à perspetiva psicológica sobre o pensamento contrafactual, verifica-se que os psicólogos sociais demonstram um maior interesse pelo funcionamento cognitivo global do indivíduo num contexto social mais amplo, isto é, abrange a totalidade dos sentimentos, perceções, motivações e objetivos de um sujeito dentro de um contexto social amplo. Já, em relação à psicologia cognitiva existe um maior interesse pelo pensamento contrafactual numa perspetiva de compreender os processos básicos de aprendizagem e memória (Roese & Olson, 1995a).

De referir ainda que o interesse pelo estudo do pensamento contrafactual, principalmente no que diz respeito ao que ativa este tipo de pensamento tem sido alvo de maior interesse na atualidade por parte de diversos investigadores. Assim, embora possamos considerar que Roese e Olson (1995a) tenham contribuído fortemente para a explicação dos fatores e processos envolvidos na ativação e geração dos contrafactuais, não podemos menosprezar que foi só a partir desta altura (1995) que surgiram mais correntes e modelos teóricos relacionados com o pensamento contrafactual, sendo que uma dessas teorias é por exemplo a dos modelos mentais (para uma revisão ver Byrne, 2005). Então, a abordagem defendida por Roese e Olson (1995a), bem como as abordagens mais recentes (e.g. Byrne, 2005) complementam-se.

### **Categorização dos pensamentos contrafactuais.**

De acordo com a literatura é possível classificarmos os pensamentos contrafactuais em três dimensões: direção, estrutura e alvo de modificação.

Quanto a direção, Roese (1994) chamou a atenção para a existência de contrafactuais ascendentes (*upward*) e descendentes (*downward*), em que os primeiros dizem respeito a

alternativas ao desfecho factual que poderiam ter sido melhores, em contrapartida, os segundos dizem respeito a alternativas ao desfecho factual que poderiam ter sido piores. Ou seja, um contrafactual pode especificar um resultado alternativo melhor (ascendente), ou pior (descendente) para um acontecimento passado. Por exemplo, imaginemos um sujeito que foi preso, e quando pensa sobre como as coisas podiam ter acontecido pode fazê-lo de uma forma mais favorável, e.g. “Se eu tivesse planeado melhor o assalto, não estaria preso”, ou de uma forma menos favorável, e.g. “Se eu tivesse dado um tiro no polícia, provavelmente em vez de estar preso estaria morto”.

Quanto à estrutura, Roese e Olson (1993a) propuseram que o pensamento contrafactual poderia ser classificado como aditivo, subtrativo ou substitutivo. Em que, as estruturas contrafactuais aditivas são as que adicionam novos elementos que permitem reconstruir a realidade (e.g., “Se eu tivesse um guarda-chuva, não tinha ficado molhado”), por outro lado, as estruturas subtrativas são aquelas que eliminam elementos quando reconstroem a realidade (e.g., “Se eu não tivesse trazido o guarda-chuva, tinha ficado molhado”), e por fim, quando estas duas estruturas (i.e., aditivas e subtrativas) são combinadas para que uma adição substitua uma subtração, temos as chamadas estruturas substitutivas (e.g., “Se eu tivesse trazido o carro para o trabalho, em vez de andar de bicicleta, não tinha ficado molhado”) (Roese & Olson, 1993a).

Além da direção e da estrutura, os contrafactuais podem ser classificados segundo uma terceira dimensão, o alvo de modificação, que diz respeito aos elementos focais do contrafactual. Roese e Olson (1993b), num estudo sobre o pensamento contrafactual e a autoestima, consideraram a possibilidade dos contrafactuais poderem focar o próprio, os outros elementos externos e/ou contextuais. Neste sentido, podemos então considerar que os contrafactuais quando são focados no próprio denominamos por auto-referentes (e.g., “Se eu tivesse estudado para o exame, eu teria passado á disciplina), já, quando são centrados em outros (e.g., “Se o homem não estivesse no caminho quando eu passei, então não tínhamos tido um acidente”) ou em fatores externos (e.g., “Se não estivesse a chover, então eu não tinha perdido no exame”) são designamos por hetero-referentes (Roese & Olson, 1993b).

### **Funções do pensamento contrafactual.**

Os pensamentos contrafactuais são representações mentais inevitáveis e imprescindíveis na consciência humana (Roese, 1994), que surgem, tendencialmente, após acontecimentos, experiências e estados passados (Seelau, Seelau, Wells & Windschitl, 1995; Byrne, 2005). Mas

para que serve ter este tipo de pensamento? De acordo com a literatura, existem duas grandes funções dos pensamentos contrafactuais: a função preparativa e a função afetiva (e.g., Roese & Olson, 1995b).

Os pensamentos contrafactuais podem ter uma função preparativa uma vez que podem ajudar os sujeitos a se prepararem melhor para o futuro (Roese, 1994; Roese & Olson, 1995b), isto é, os indivíduos ao pensarem em alternativas para as suas ações passadas podem avalia-las de forma a que passem a ser facilitadoras de sucesso no futuro (Johnson & Sherman, 1990 cit. por Roese & Olson, 1995b). Neste sentido, os pensamentos contrafactuais implicam conclusões causais, das quais podem surgir prescrições que facilitarão o sucesso no futuro (Roese & Olson, 1997). Seguindo esta linha de pensamento, Roese e Olson (1995b), consideraram que o julgamento de que X causou Y pode seguir diretamente da inferência contrafactual que, se X não tivesse ocorrido, então Y também não tinha (i.e., ao se excluir o antecedente X o resultado Y também se desfaz). Assim sendo, denota-se que o mecanismo subjacente à função preparativa consiste na identificação contrafactual de uma ação antecedente causalmente potente (“Se tivesse feito X, então Y), que por sua vez, suscita consequências dessa ação no futuro (“Se fizer X, então Y”), levando a que as intenções de desempenhar tal ação seja fortalecida (“Vou fazer X”), influenciando assim a manifestação comportamental dessa mesma ação (“Fazer X”) (Roese & Olson, 1995b). Imagine que o Tiago teve negativa num exame de matemática, e elabora o seguinte contrafactual “Se eu tivesse estudado mais, então não teria tido negativa no exame de matemática”. Ao observarmos este exemplo, notamos que o Tiago identificou uma ação antecedente causalmente potente (“Se eu tivesse estudado, então não teria tirado negativa no exame de matemática”), que irá desencadear consequências dessa ação no futuro (“Se eu estudar mais, então não vou tirar negativa no exame de matemática”), levando a que a intenção de fazer tal ação seja fortalecida (“Vou estudar mais”), e assim, influenciando a manifestação comportamental dessa mesma ação (“Estudar mais”). Ou seja, o Tiago ao considerar uma alternativa de como as coisas poderiam ter sido diferentes, consegue-se preparar melhor para futuro, pois na próxima vez que tiver um exame de matemática sabe que se estudar mais, provavelmente irá tirar uma melhor nota.

Por outro lado, como referido anteriormente, os pensamentos contrafactuais também podem desempenhar uma função afetiva, pois em algumas circunstâncias os contrafactuais permitem que os indivíduos se sintam bem acerca de um certo resultado e que haja regulação dos estados emocionais (Roese, 1994; Taylor & Schneider, 1989). Isto é, os sujeitos podem estrategicamente gerar representações de como as coisas poderiam ter sido diferentes de forma

a que eles mesmos ou os outros se sintam melhor (Roese & Olson, 1995b). Imaginemos que o Rui teve um acidente e estragou o seu carro novo, ele poderá pensar “Pelo menos não me magoei”. Embora o Rui esteja chateado e até mesmo zangado por ter estragado o seu carro novo, ao construir uma realidade alternativa em que poderia ter-se magoado, ele compreende que a sua situação não é assim tão grave, fazendo assim com que se consiga acalmar e até fique aliviado.

A comparação entre a realidade e a alternativa contrafactual possibilita que as emoções negativas (e.g., arrependimento, vergonha, culpa) assim como as positivas (e.g., alívio, satisfação) sejam amplificadas (Kanheman & Miller, 1986), contudo, a dimensão da direção contrafactual (já referida anteriormente) tem uma enorme influência neste processo. De maneira bastante consistente, estudos anteriores (e.g., Roese & Olson 1995b) mostraram que os contrafactuais descendentes tendem a produzir um efeito afetivo positivo, visto que os indivíduos consideram que a realidade quando comparada com aquela que imaginam, não é assim tão má (como no caso do exemplo descrito anteriormente, em que o Rui vê que embora tenha estragado o seu carro novo, as coisas poderiam ter sido piores caso também se tivesse magoado), em contrapartida, os contrafactuais ascendentes tendem a produzir um efeito afetivo negativo (i.e., fazem com que as pessoas se sintam piores), uma vez que os sujeitos consideram que a alternativa imaginada é mais positiva do a sua realidade fazendo com que surjam sentimentos como arrependimento, culpa ou até mesmo vergonha. Assim, parece que em situações de fracasso, os contrafactuais descendentes permitem restabelecer o equilíbrio afetivo formado pela valência do resultado, e por outro lado, a produção de contrafactuais ascendentes contribuem para agravar a avaliação da situação factual e, dessa forma, produzir um efeito disfuncional no afeto.

Porém, Senos e Almeida Rocha (1998) questionam esta hipótese, sugerindo que é plausível que contrafactuais descendentes amplifiquem afetos negativos (tal como acontece com os contrafactuais ascendentes). Imaginemos que a Carina leva os seus filhos a passear de carro, e de repente tem um acidente muito grave, mas as crianças sofrem apenas ferimentos leves. Perante esta situação, ela poderá pensar “Eu poderia ter matado os meus filhos”. Ao construir uma realidade alternativa em que poderia ter matado os filhos por o acidente ter sido muito grave, a Carina em vez de sentir alívio pode sentir uma aflição profunda, devido a saliente proximidade contrafactual e o episódio factual (Senos & Almeida Rocha, 1998).

No exemplo anterior, o pensamento contrafactual descendente surge associado a amplificação de afetos negativos (efeito disfuncional), indo contra a literatura reportada anteriormente e, questionando a ideia defendida por diversos autores (e.g., Roese & Epstude, 2017) de

que os contrafactuais ascendentes são mais úteis para a função preparativa, enquanto que os contrafactuais descendentes tornam-se mais vantajosos para a função afetiva.

Torna-se importante salientar que existem mais funções relacionadas com os contrafactuais (i.e., para além da função afetiva e preparativa), contudo, Roese e Epstude (2017) consideram que os contrafactuais assumem essencialmente funções afetivas e preparativas, e ocasionalmente como forma de desculpar um determinado acontecimento. Ademais, surgem em circunstâncias relativamente raras e numa minoria populacional (Roese & Epstude, 2017).

### **Mutabilidade do pensamento contrafactual.**

A conceção de mutabilidade tem sido primordial no estudo do pensamento contrafactual, dado que, quando criamos contrafactuais existem aspetos da realidade que são mais mutáveis do que outros (Roese & Olson, 1993a). Esta noção foi introduzida por Kahneman e Miller (1986), ao considerarem que os elementos da realidade podem com alguma facilidade ser modificados de forma a serem criadas realidades contrafactuais. No entanto, Kahneman e Tversky (1982), já tinham chamado a atenção para esta ideia de mutabilidade, só não tinham recorrido ao termo propriamente dito, pois nos seus estudos realçaram que certos aspetos da realidade eram mais facilmente alteráveis do que outros. Por exemplo, perante um evento negativo as pessoas tendem a fazer mais contrafactuais aditivos, em que acrescentam algo novo ao evento (e.g., “Se ele tivesse usado o cinto de segurança, não se tinha magoado”, do que subtrativos, em que excluem algo do evento (e.g., “Se ele não tivesse saído de casa, não se tinha magoado) (Roese & Olson, 1993a; Byrne, 2015)

Este constructo de mutabilidade, têm vindo a ser sustentado por pesquisas e análises teóricas mais recentes (e.g., Byrne, 2005; Catellani & Milesi, 2001; McCloy & Byrne, 2000), onde alguns aspetos da realidade parecem realmente ser mais mutáveis do que outros, embora pareça existir uma grande tendência para as pessoas imaginarem o mesmo tipo de contrafactuais. Assim sendo, McCloy e Byrne (2000), referem que no pensamento contrafactual do quotidiano os indivíduos podem não ter tempo nem capacidade cognitiva para ponderar todas as alternativas possíveis, fazendo assim com que as alternativas se tornem restritas aos aspetos da realidade que são mais facilmente mutáveis. Em conformidade com esta ideia, Lewis (1973) considera que os sujeitos para conseguirem formar uma realidade alternativa, têm de considerar um mundo que seja mais ou menos semelhante ao mundo atual conhecido pelo próprio. Já, Byrne (2015), menciona que o sujeito constrói contrafactuais que sejam plausíveis

(i.e., razoáveis, credíveis e aceitáveis), contudo, essa plausibilidade pode ser desafiada quando o pensamento contrafactual é exposto a novas informações e/ou opiniões.

De facto, podemos verificar que os indivíduos tendem a selecionar determinados aspetos da realidade para a modificar, sendo que nem tudo é plausível de modificação, mas os sujeitos, ao construírem uma realidade alternativa, imaginam como os factos poderiam ter sido diferentes, recorrendo aos aspetos mais facilmente modificáveis, os chamados “*fault lines*” - excecionalidade, ação/inação, controlabilidade, temporalidade (Byrne, 2015).

A excecionalidade de um evento foi o primeiro fator de mutabilidade apontado na literatura, onde foi considerado que os indivíduos para desfazerem um resultado de uma história tendem a modificar eventos extraordinários ou incomuns (Kahneman & Tversky, 1982; Byrne, 2005). A demonstração deste efeito foi introduzida por Kahneman & Tversky (1982), quando expuseram duas histórias distintas em que o Sr. Jones morre num acidente automóvel a caminho de casa, após ter saído do trabalho. Numa das versões, o Sr. Jones saí do trabalho mais cedo do que o habitual e segue o seu trajeto comum para casa, já, na outra versão, o Sr. Jones saí do trabalho no horário habitual, mas opta por um trajeto incomum para casa. Quando as pessoas são expostas à primeira versão, tendem a imaginar que as coisas poderiam ter acontecido de forma diferente se o Sr. Jones tivesse saído do trabalho no horário habitual, por outro lado, quando os sujeitos são expostos a segunda versão, consideram que as coisas poderiam ter acontecido de outra forma se o Sr. Jones tivesse optado por fazer o ser trajeto habitual para casa (Kahneman & Tversky, 1982). Partindo destes resultados, Kahneman e Tversky (1986), concluíram que as pessoas perante um determinado desfecho e/ou acontecimento alteram mais facilmente um aspeto excecional que precedeu a esse certo desfecho ou acontecimento. Dixon e Byrne (2011), referem que isto acontece, porque as pessoas acreditam que ao alterarem a ação excecional para a habitual o desfecho final é mais favorável (i.e., se o Sr. Jones tivesse voltado para casa no seu trajeto habitual, não teria tido o acidente).

No que diz respeito a ação/inação, diversos autores (e.g., Byrne, 2005; Catellani & Milesi, 2001) defendem que as ações dos sujeitos são mais mutáveis do que as inações, ou seja, as pessoas tendem a gerar mais contrafactuais quando se deparam com uma ação (Byrne, 2005). Um exemplo prático deste efeito, é quando as pessoas são confrontadas com os riscos de serem vacinadas e com os riscos de terem uma doença, em que apesar dos riscos da primeira serem menores do que os da segunda, elas optam muitas vezes por não serem vacinadas (i.e., as pessoas preferem não fazer nada, até mesmo quando a inércia também leva a mudança) (Ritov & Baron, 1990).

A controlabilidade é outro aspeto muito importante para a mutabilidade, pois os sujeitos têm maior tendência para desfazer mentalmente os eventos que controlam, ao invés dos que não estão sob controle (e.g., McCloy & Byrne, 2000; Girotto, et al., 1991).

Suponhamos que o João não chegou a casa a tempo de salvar a mulher devido a diversos eventos, em que ele conseguia controlar alguns deles, como parar num bar para beber uma cerveja com os amigos, e outros estavam fora do seu controle, como ter ficado parado no trânsito. As pessoas quando imaginam como as coisas poderiam ter sido diferentes, consideram que se o João não tivesse parado no bar para beber uma cerveja com os amigos, teria chegado a tempo de salvar a sua mulher (i.e., as pessoas tendem a desfazer o evento controlável (ir ao bar beber uma cerveja) em vez do evento incontrolável (trânsito)) (Girotto et al., 1991). Este efeito é justificado por Roese e Olson (1995b) como uma forma das pessoas evitarem a repetição de resultados e/ou desfechos negativos, ou seja, as pessoas ao criarem contrafactuais de elementos controláveis sobre um ambiente e/ou contexto contribuem para um possível beneficiamento futuro do indivíduo. No entanto, existem certos tipos de elementos controláveis mais propícios à geração de contrafactuais, como aqueles que são não só controláveis, como também são socialmente inaceitáveis ou reprováveis (McCloy & Byrne, 2000; Byrne, 2005). Além disso, Girotto et al. (2007) acrescentam que os indivíduos não mudam eventos controláveis do mesmo modo quando experienciam eventos como quando leem sobre os mesmos eventos (esta questão será abordada mais à frente).

A temporalidade é outro aspeto frequentemente mutável, em que diversos autores (e.g., Byrne, 2005; Miller & Gunasegaram, 1990) aludem que os indivíduos pensam nas possibilidades numa ordem temporal de eventos, na qual revelam maior propensão para criarem contrafactuais onde mudam o evento mais recente. Imaginemos um jogo em que duas pessoas lançam uma moeda e ambas têm que obter coroa ou cara para ganharem. A Maria lança a moeda e saí cara, em segundo lugar a Ana lança e saí coroa, logo ambas perdem. As pessoas imaginam que a segunda jogadora, sente-se mais culpada e que será considerada mais responsável pela derrota (Miller & Gunasegaram, 1990). Porém, Byrne, Segura, Culhane, Tasso e Berrocal (2000), alegam que existem exceções, pois os sujeitos só tendem a alterar o evento mais recente quando o contexto não oferece uma alternativa para o primeiro evento. Por exemplo, suponhamos que agora a Maria e a Ana vão a um programa de televisão, onde as regras são as mesmas (i.e., as duas têm de lançar uma moeda e ambas têm de obter coroa ou cara para ganharem), a Maria lança a moeda e sai cara, mas ocorre um problema técnico e o jogo tem que recomeçar, então a Maria joga novamente em primeiro lugar, mas desta vez sai coroa, e quando

a Ana joga em sai cara, ou seja, perdem as duas. No entanto, desta vez, as pessoas imaginam um contrafactual em que a primeira participante é que devia ter lançado cara, considerando que esta sente-se mais culpada e que será considerada mais responsável pela derrota (Byrne et al., 2000).

Para além dos aspetos referidos anteriormente como sendo mais facilmente modificáveis, podemos ainda considerar mais uma dimensão que é a atribuição de culpa. A relação entre os contrafactuais e a atribuição de culpa é evidente, uma vez que a forma como os sujeitos interpretam a alternativa imaginada pode fazer com que haja um aumento ou uma diminuição da culpa que lhe é atribuída, por exemplo se determinado evento for considerado como evitável e que havia obrigação moral de preveni-lo (i.e., sujeito deveria ter feito algo diferente para evitar aquela situação) (Malle, Guglielmo & Monroe, 2014), então o grau de responsabilidade atribuída ao sujeito será maior. Por exemplo, imaginemos que um médico prescreve um medicamento a uma paciente, e esta tem uma reação alérgica grave e morre. Nesta situação as pessoas tendencialmente atribuem a culpa da morte ao médico, pois este poderia ter feito algo diferente para evitar este desfecho (e.g., ter prescrito outro medicamento), por outras palavras, o comportamento do médico fornece uma base para a censura, em que o conhecimento de que este desfecho (i.e., a morte da paciente) poderia ter sido evitado leva a uma maior atribuição de culpa que só poderia ser evitada caso ele tivesse tomado todas as precauções necessárias que pudessem evitar a morte da paciente (e.g., ter visto se a paciente tinha alergias) (Alicke, Buckingham, Zell & Davis, 2008).

Por outro lado, as pessoas tendem a não imaginar uma alternativa a uma ação que levou a um mau resultado, quando essa ação está em conformidade com uma norma ou obrigação moral (Byrne, 2015). Suponhamos uma situação em que o Carlos não chegou a casa a tempo de salvar a sua mulher porque chegou mais tarde do que o normal devido a diversos acontecimentos, inclusive tinha ido visitar os seus pais que viviam nas proximidades e tinha ficado preso no trânsito. Nesta situação, os indivíduos tendem a não imaginar alternativas para a ação que consideram moral, isto é, o Carlos ter ido visitar os seus pais (McCloy & Byrne, 2000).

### **Abordagens mais ecológicas do pensamento contrafactual.**

Ao longo dos tempos, grande parte das investigações realizadas acerca do pensamento contrafactual têm pressuposto que tanto os atores como os leitores elaboram o mesmo tipo de realidades alternativas, ou seja, que os sujeitos que leem sobre uma situação e se identificam

como protagonistas (i.e., leitores) criam o mesmo tipo de contrafactuais do que os sujeitos que vivenciam essa mesma situação (i.e., atores) (Giroto et al., 2007). Contudo, existem evidências de que o papel desempenhado pelas pessoas pode afetar as suas escolhas (e.g., Camerer, Loewenstein & Weber, 1989), assim sendo, Giroto et al., (2007) sugeriram que os contrafactuais feitos pelos sujeitos seriam afetados pelos papéis que desempenhavam, i.e., ser leitor ou ator. Nesta linha de pensamento, Elster (1999), argumentou que os atores em vez de modificarem mentalmente as suas próprias ações, tendem a modificar eventos externos, fazendo com que evitem a culpa subjacente às suas ações e/ou comportamentos. Por exemplo, num estudo feito por Gilbert, Morewedge, Risen e Wilson (2004), em foi pedido para sujeitos imaginarem que tinham perdido o comboio por um minuto, assim como a sujeitos que realmente tinham perdido o comboio por um minuto para elaborarem contrafactuais associados a essa situação, como conclusão deste estudo, denotou-se que aqueles que tinham realmente perdido o comboio criavam mais contrafactuais externos (e.g., “Eu não teria perdido o comboio se estivessem todas as portas abertas, e não só uma”), em vez de modificarem as suas próprias ações (e.g., “Se eu tivesse acordado mais cedo não teria perdido o comboio”), em comparação com aqueles que somente tinham imaginado perder o comboio. Giroto et al., (2007) antes de realizarem as suas experiências, sugeriram que as diferenças encontradas entre leitores e atores deviam-se não só a existência de diferentes objetivos motivacionais, como também ao facto de haver diferenças ao nível da disponibilidade e importância da informação entre atores e leitores, ou seja, os sujeitos que vivenciam uma determinada situação (i.e., atores) têm mais elementos disponíveis para elaborarem contrafactuais do que aqueles que leem sobre uma situação (i.e., leitores).

De forma a verificar se realmente ocorriam diferenças significativas ao nível do pensamento contrafactual entre atores e leitores, Giroto et al., (2007) realizaram oito experiências, das quais retiraram diversas conclusões. Em primeiro lugar, verificaram que ao contrário dos leitores, os atores tendem a fazer alterações de eventos normais na direção da excecionalidade (e.g., “Se eu tivesse uma calculadora”), não constroem contrafactuais de inação, alteram eventos incontroláveis (“Se eu tivesse um lápis”) em vez de controláveis (“Se eu tivesse escolhido o outro envelope”), e tendem a fazer grandes modificações, em que introduzem elementos não presentes na experiência real (e.g., “Se eu tivesse uma tabuada”), em vez de recorrerem a pequenas modificações (“Se eu tivesse escolhido o outro envelope”). Em segundo lugar, estes autores verificaram que os atores e leitores constroem realidades alternativas distintas, não por terem objetivos motivacionais diferentes (como tinham

considerado inicialmente), mas sim por os leitores e os atores se focarem em aspectos diferentes da mesma situação. Por outras palavras, os atores tendem a modificar aspectos da situação porque se focam nela, e por outro lado, os leitores como se focam no protagonista tendem a modificar as escolhas feitas por esse (Pighin et al., 2011).

Se tivermos em conta as investigações anteriores, onde os autores (e.g., Byrne, 2005) supunham que os sujeitos tendencialmente alteravam mais ações do que inações, eventos controláveis em vez de incontroláveis, e que faziam o mínimo de alterações possíveis, percebemos que os estudos de Giroto et al., (2007) vieram desafiar essas evidências, mostrando que existem efetivas diferenças nos papéis desempenhados pelos sujeitos (i.e., ator ou leitor), enquanto que os estudos anteriores se baseavam apenas em sujeitos no papel de leitores, em que liam sobre uma determinada situação e identificavam-se como protagonistas.

Tendo em conta os papéis desempenhados pelos sujeitos, um estudo mais recente de Pighin et al., (2011), acrescentam um terceiro grupo, para além dos atores e leitores, que são aqueles que observam uma determinada situação (i.e., observadores). Com base na ideia defendida por Giroto et al., (2007), de que os leitores não constroem o mesmo tipo de contrafactuais do que os atores porque não têm acesso ao mesmo tipo de informação, Pighin et al., (2011), propõem que os observadores ao testemunharem as tentativas do ator em resolver as tarefas vão passar por uma experiência participativa, fazendo com que formem contrafactuais idênticos aos atores. Isto é, os observadores quando forem convidados a imaginar alternativas de como as coisas poderiam ter sido melhores para os atores, vão elaborar contrafactuais mais parecidos com os atores do que com os leitores (Pighin et al., 2011).

De forma, a confirmar esta hipótese Pighin et al., (2011), realizaram quatro experiências semelhantes as efetuadas anteriormente por Giroto et al., (2007), acrescentando a condição “observador” (i.e., os participantes assistiam a um sujeito que se comportava como um dos participantes na condição “ator”), das quais retiram quatro grandes conclusões. Em primeiro lugar, concluíram que os sujeitos nem sempre criam contrafactuais onde desfazem uma escolha que levou a um resultado negativo. Em segundo lugar, concluíram que os contrafactuais para uma mesma situação, diferem conforme o papel que os sujeitos desempenham (i.e., ator, leitor ou observador). Em terceiro, concluíram que os observadores têm um desempenho mais semelhante aos dos atores, comparativamente aos leitores. E, por fim, concluíram que os cenários nos quais os participantes ocupam o papel de leitores, fornecem uma visão incompleta e imprecisa do pensamento contrafactual.

Com base nestas conclusões retiradas do estudo de Pighin et al., (2011), verifica-se a necessidade de haver abordagens mais ecológicas do pensamento contrafactual, recorrendo por exemplo a cenários onde os participantes estejam no papel de atores, em vez de cenários onde os participantes leem sobre uma situação e se identificam com o protagonista da história, como é frequente acontecer neste tipo de estudos.

### **Atribuição Causal**

O ser humano no seu quotidiano é confrontado com diversas situações que lhe fazem pensar em como as coisas poderiam ter acontecido de forma diferente, isto é, de como poderia ter evitado ou prevenido um determinado desfecho (ao que chamamos de pensamento contrafactual, como já vimos anteriormente). Contudo, existem também situações que exigem uma explicação, em que o ser humano se questiona o como e o porquê de terem sucedido, levando assim, a processos de explicação causal (Neto & Senos, 2013).

Nas últimas décadas tem ocorrido um debate em torno da proximidade entre o pensamento contrafactual e as atribuições de causalidade, uma vez que existem diversas características em comum entre estes dois processos. Quer por um lado no que diz respeito à sua ativação, em que são ativados por acontecimentos surpreendentes, negativos ou transgressores da perceção de controlo, quer no que diz respeito às funções que exercem (Roese & Olson, 1997). Ademais, tanto o pensamento contrafactual como as atribuições de causalidade estabelecem através de proposições condicionais uma articulação entre dois acontecimentos, que se traduz no caso da explicação causal através do tipo “se p, então q”, e no caso do pensamento contrafactual, a forma tipicamente utilizada é do tipo “se não-p, então-q” (Neto & Senos, 2013). Esta formulação sugere, mais uma vez, que estes dois processos partilham uma relação.

Embora a literatura existente considere realmente uma efetiva relação entre o pensamento causal e o contrafactual, é possível observarmos que existem duas linhas de abordagens opostas no que diz respeito à entre estes dois processos, em que por um lado uma que defende a primazia do pensamento contrafactual sobre a inferência causal, e a outra postula a relação inversa (Neto & Senos, 2013). Porém, existe um elemento sobre o qual grande parte da literatura parece considerar como fundamental, que é a função preventiva do pensamento contrafactual (e.g., Mandel, 2003; McEleney & Byrne, 2006; Neto & Senos, 2013). Por outras palavras, devido à estrutura condicional dos contrafactuais e referência direta a acontecimentos factuais, os sujeitos devem inferir a causalidade a partir dos seus pensamentos contrafactuais

(Senos, 2008). Por exemplo, um indivíduo ao fazer o seguinte contrafactual “Se o Rui não atravessasse a rua distraidamente, não teria sido atropelado”, indica que a causa do atropelamento é a distração do Rui. O facto de o indivíduo dizer “Se não fosse distraído, não teria sido atropelado” corresponde à afirmação causal “Ele ia distraído e por isso foi atropelado” (Senos, 2008). Desta forma, verifica-se que a função de prevenção atribuída ao pensamento contrafactual parece diluir-se na função atribuída à inferência de causalidade, no sentido em que a afirmação “c previne e” parece possuir um sentido equivalente à expressão “c causou e” (Goldvarg & JohnsonLaird, 2001).

De modo geral, é possível verificarmos que uma proposição condicional tipicamente contrafactual do tipo “se x, então y” apresenta uma natureza causal, visto que postula uma relação de causa-efeito entre um antecedente e um conseqüente (Roese & Olson, 1995a), e, conseqüentemente, o conhecimento causal influencia os contrafactuais que as pessoas geram (MacEleney & Byrne, 2006).

Heider (1958), foi um autor de referência no que diz respeito aos estudos relacionados com a atribuição causal. Segundo este, as pessoas antes de atribuírem uma causa para um determinado evento, têm que, primeiramente observá-lo, depois verificar o significado que esse mesmo evento apresenta para o próprio, e só a seguir é que fazem a atribuição de causalidade. Para além disso, Heider (1958), considerou que a atribuir uma causa pode acontecer segundo duas direções, numa mais interna ou numa mais externa. Por outras palavras, um sujeito pode por um lado construir uma atribuição causal interna, em que o próprio é o alvo da causa, ou seja, onde tende a pensar que é ele o responsável pelo resultado do que aconteceu (e.g., “Se eu estivesse mais concentrado, teria conseguido passar no exame”) (Boeckel & Sarriera, 2006). Mas, por outro lado, pode construir uma atribuição causal externa, em que o sujeito não está diretamente envolvido no resultado do que aconteceu (e.g., “Se a professora tivesse feito um exame mais fácil, teria conseguido tirar boa nota”) (Boeckel & Sarriera, 2006).

Em conformidade com o descrito anteriormente, Abramson, Seligman e Teasdale (1978) consideraram a existência de três dimensões relacionadas com o estilo atribucional, em que este poderia ser não só interno/externo, como também, global/específico e estável/instável. Assim, como já vimos anteriormente, uma atribuição interna referia-se ao próprio sujeito, enquanto que uma atribuição externa estaria relacionada com outros (e.g. ambiente), que não o próprio (Boeckel & Sarriera, 2006). Já, se a causa fosse global significava que um mesmo resultado poderia acontecer na maioria dos aspetos da vida do sujeito, não sendo um acontecimento particular e específico daquela situação, mas por outro lado, se a causa fosse

específica, queria dizer que era um resultado limitado aquele evento (Boeckel & Sarriera, 2006). Por sua vez, se um indivíduo considerasse que um evento era estável significava que persistia ao longo do tempo, mas, se por outro lado considerasse como sendo instável, queria dizer que essa situação era transitória podendo ser alterada em situações futuras (Boeckel & Sarriera, 2006).

Perante eventos de valência emocional negativa, é possível considerarmos que o estilo atribucional serve como uma espécie de mediador entre as características de personalidade e a qualidade de vida, visto que alguns estilos atribucionais aparecem associados a certas patologias. Por exemplo, de acordo com Haugen e Lund (2002), um estilo atribucional interno, estável e global surge com frequência em sujeitos com depressão, enquanto que um estilo atribucional externo, instável e específico surge muitas vezes associado a saúde mental.

### **Pensamento Contrafactual e Atribuição Causal em idosos**

Como já foi referido anteriormente, o interesse pelo estudo do pensamento contrafactual tem vindo a crescer na atualidade por parte de diversos investigadores. Contudo, verifica-se que grande parte dos estudos têm sido baseados em cenários onde os participantes leem sobre uma situação e se identificam, em vez de cenários onde os participantes estejam diretamente no papel de atores. Para além disso, grande parte das investigações sobre o pensamento contrafactual até á data, têm sido feitas em adultos e crianças, havendo poucos estudos que tenham como foco de investigação os idosos.

Os idosos têm sido alvo de interesse e preocupação em diversas áreas de investigação devido à tendência de envelhecimento da população a nível mundial, em que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), a proporção de pessoas acima de 60 anos está a aumentar rapidamente em todo o mundo, cenário esse que também é visível em Portugal. Contudo, no que diz respeito ao pensamento contrafactual neste grupo etário, nota-se que existe escassez de informação.

Fazendo uma revisão de literatura relativamente a esta área de investigação, foi possível retirarmos algumas conclusões. Em primeiro lugar, parece que surgem diferenças ao nível do tempo de resposta, em que os idosos comparativamente aos jovens e adultos demoram mais tempo a formar pensamentos contrafactuais (Migliore, Curcio, Mancini & Cappa, 2014) o que poderá estar relacionado com uma desaceleração cognitiva (Deary, Johnson & Starr, 2010). Em segundo lugar, ao nível da quantidade de pensamentos contrafactuais espontâneos, os idosos tendem a produzir menos pensamentos contrafactuais espontâneos em comparação aos jovens

(Ping & Shuguang 2014). Em terceiro lugar, um estudo feito com idosos saudáveis e idosos com Parkinson, demonstrou que o pensamento contrafactual é prejudicado em alguns pacientes com Parkinson, em comparação a idosos saudáveis (McNamara, Durso, Brown & Lynch, 2003). Em quarto lugar, estudos feitos sobre a experiência subjetiva do passado episódico, futuro e contrafactual demonstram que em todas as condições, os idosos lembram-se menos de detalhes internos (e.g., quem; o que; quando; onde) e mais de detalhes externos (e.g., informações semânticas; outros eventos externos) comparativamente aos jovens (Brigard, Rodriguez & Montañés, 2017; Gaesser, Sacchetti, Addis & Schacter, 2011). Em quinto lugar, num estudo sobre o pensamento contrafactual e a distorção de memória para eventos reais, descobriu-se que os idosos reconhecem mais falsamente cenários contrafactuais como sendo cenários originalmente apresentados, comparativamente aos jovens, o que sugere que o pensamento contrafactual episódico pode afetar a memória de eventos passados em idosos (Gerlach, Dornblaser & Schacter, 2013).

Visto que pouco se sabe sobre o pensamento contrafactual em idosos, e, como já vimos anteriormente, este pensamento está relacionado com a atribuição causal, uma vez que uma proposição contrafactual do tipo “se x, então y” apresenta uma natureza causal, pois estabelece uma relação de causa-efeito entre um antecedente e um conseqüente (Roese & Olson, 1995a), considerou-se importante fazer uma revisão de literatura acerca da atribuição causal em idosos, já que o presente estudo consiste em atribuir uma causa.

Em conformidade com o descrito anteriormente, descobriu-se que existem evidências de que os idosos são mais propensos a fazer atribuições de causalidade internas e estáveis do que os jovens, perante um evento negativo (e.g., falhas ou maus resultados) (Reno, 1979; Rodin & Langer, 1980; Banziger & Drevenstedt, 1982; Lachaman & McArthur, 1986; Lachaman, 1990). Para além dos idosos tenderem a atribuir acontecimentos negativos a causas estáveis e internas, fazem também atribuições específicas em vez de globais, o que poderá indicar um maior risco de desamparo no futuro para situações similares, mas não necessariamente para outras situações (Lachaman, 1990). Por exemplo, quando é pedido a idosos e a jovens que imaginem que falam publicamente sobre um assunto importante e que os ouvintes reagem negativamente ao discurso, é provável que um idoso culpe o fracasso do discurso a algo como a ansiedade, isto é, que faça uma atribuição interna, estável e específica (Lachaman, 1990). Ao fazer esta atribuição pode indicar que o sujeito estará sempre ansioso quando for fazer um discurso, causando um mau desempenho no futuro, contudo essa ansiedade não deverá afetar outras situações (Lachaman, 1990). Por sua vez, um jovem adulto quando confrontado com este

dilema, provavelmente irá culpar o discurso fracassado a algo como a fadiga, isto é, a algo interno, instável e global, em que estar cansado afetará o seu desempenho em diversas áreas, mas apenas temporariamente, pois o sujeito não estará sempre cansado e da próxima vez poderá fazer um discurso melhor (Lachaman, 1990).

Outra descoberta interessante sobre a atribuição de causalidade em idosos comparativamente com jovens adultos, foi feita por Lachaman e McArthur (1986), num estudo em que analisaram as atribuições causais feitas por jovens adultos e idosos sobre situações hipotéticas que envolviam outra pessoa da mesma idade, ou outra pessoa de uma idade diferente (i.e., os idosos teriam de fazer uma atribuição de causalidade para o desempenho de um idoso, assim como para um jovem adulto, e vice-versa). Os resultados deste estudo, mostraram que os jovens apresentavam uma boa performance nos idosos, contudo, os idosos tendiam a atribuir um mau desempenho em si próprios, assim como noutros idosos. Para além disso, os idosos quando faziam autoatribuições ou atribuições para outro da mesma idade, eram mais propensos a avaliar a incapacidade como causa do mau desempenho (i.e., tendiam a fazer atribuições internas e estáveis) (Lachaman & McArthur, 1986).

Ademais, existem ainda evidências de que em comparação com jovens adultos, os idosos são mais propensos a realizar atribuições de causalidade a fatores internos e incontrolláveis (e.g., habilidade) do que a fatores internos e controláveis (e.g., esforço; uso de estratégia) (Devolder & Pressley, 1992; Hertzog, McGuire & Lineweaver, 1998; Blatt Eisengart & Lachman, 2004). Este tipo de atribuições, internos e incontrolláveis, por parte dos idosos surge também com mais frequência para quando obtêm um bom desempenho, do que quando têm um baixo desempenho (Blatt Eisengart & Lachman, 2004), podendo ser uma espécie de função de autorreforço para se protegerem contra eventuais preocupações sobre perda de memória (Lachman, 1991).

De referir ainda, que embora estes estudos não sejam recentes, é possível verificarmos que todos eles demonstram evidências de diferenças de idade no que diz respeito a atribuições de causalidade para insucessos, em que os idosos surgem sempre como sendo mais propensos a atribuir causas internas, comparativamente aos outros grupos etários.

## Hipóteses Gerais

Em conformidade com a literatura relatada anteriormente, e tendo por base os estudos de Giroto et al. (2007) e de Pighin et al. (2011) em que relataram uma falha importante na literatura sobre o pensamento contrafactual ao identificarem diferenças entre os contrafactuais criados por atores e por leitores, procura-se com a presente investigação verificar o efeito do nível etário (idosos versus jovens adultos) e o foco do pensamento contrafactual conforme a situação a que estão expostos (ator versus ouvintes).

Na posição de ouvinte, espera-se que ambos os grupos (idosos e jovens adultos) produzam, essencialmente, um foco na Escolha do envelope, como apresentado em estudos anteriores (e.g., Giroto et al., 2007; Pighin et al., 2011).

Na posição de ator, espera-se que os jovens adultos realizem, essencialmente, pensamentos contrafactuais com um foco de causalidade externa, i.e., que se foquem na Situação, como demonstra Giroto et al. (2007).

Em contrapartida, espera-se que os idosos, na posição de ator, realizem essencialmente, pensamentos contrafactuais centrados no Sujeito. Isto é, espera-se que os idosos quando confrontados com um evento real (i.e., posição de ator), em que obtêm um resultado negativo, realizem atribuições causais internas (i.e., que atribuem a causa ao próprio), tal como se observa em alguns estudos sobre... atribuição causal (Reno, 1979; Rodin & Langer, 1980; Banziger & Drevenstedt, 1982; Lachaman & McArthur, 1986; Lachaman, 1990),

Posto isto, podemos considerar que a presente investigação terá duas hipóteses distintas, que são:

H1: Na posição de ouvinte, espera-se que ambos os grupos (idosos e jovens adultos) foquem o pensamento contrafactual essencialmente na Escolha.

H2: Na posição de ator, espera-se que os idosos foquem o pensamento contrafactual no Sujeito (próprio), enquanto que os jovens adultos foquem o pensamento contrafactual na Situação.

## Método

### Amostra

Participaram neste estudo um total de 80 sujeitos, em que 40 eram idosos (30 do sexo feminino (75 %) e 10 (25%) do sexo masculino) e os restantes 40 eram jovens adultos (30 do sexo feminino (75%) e 10 (25 %) do sexo masculino). No grupo dos participantes idosos a média de idades é de cerca de 74 anos, com desvio padrão de aproximadamente 6,93. Os idosos tinham uma idade mínima de 65 anos e máxima de... No grupo dos participantes jovens adultos a média de idades é de cerca de 21 anos, com um desvio padrão de aproximadamente 2,50. Para os jovens serem incluídos na amostra deveriam ter entre os 18 e 25 anos.

Para efeitos de caracterização da amostra foi também pedido aos participantes as suas habilitações literárias, sendo possível observarmos que os idosos na sua maioria tinham o 4ºano de escolaridade (37,5%), e no máximo tinham frequentado até ao 9ºano de escolaridade (10%), havendo também alguns que não tinha frequentado a escola (25%). Pelo contrário, os jovens na sua maioria tinham o 12ºano (72,5%) no mínimo tinham o 9ºano (2,5%) e no máximo o mestrado (2,5%). Embora existam estas diferenças no que diz respeito as habilitações literárias entre idosos e jovens, considera-se que tal facto não deverá interferir nos resultados do presente estudo.

A amostra de idosos foi recolhida nos Centros Sociais do Concelho de Santana da Região Autónoma da Madeira. A recolha dos participantes jovens adultos, foi igualmente feita na Região Autónoma da Madeira, contudo 20 foram selecionados por conveniência, isto é, o experimentador optou por selecionar jovens adultos dos quais conhecia e sabia que tinham idades entre os 18 e os 25 anos. Já os restantes 20 participantes jovens adultos foram selecionados na Cruz Vermelha da Região Autónoma da Madeira.

Para efeitos de caracterização da amostra, foi utilizado um questionário sociodemográfico, que estava inserido no consentimento informado (Anexo A). De referir ainda que na Tabela 1, é possível verificarmos os dados referentes a caracterização da amostra.

**Tabela 1.** Caracterização da Amostra

		Nível Etário						
		Idosos		Jovens		Total		
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	
<b>Sexo</b>	<b>Feminino</b>	30	75	30	75	60	75	
	<b>Masculino</b>	10	25	10	25	20	20	
	<b>Sem</b>	10	25	0	0	10	12,5	
	<b>Escolaridade</b>							
	<b>1ºano</b>	1	2,5	0	0	1	1,3	
	<b>2ºano</b>	1	2,5	0	0	1	1,3	
	<b>3ºano</b>	6	15	0	0	6	7,5	
<b>Habilitações Literárias</b>	<b>4ºano</b>	15	37,5	0	0	15	18,8	
	<b>6ºano</b>	3	7,5	0	0	3	3,8	
	<b>9ºano</b>	4	10	1	2,5	5	6,3	
	<b>10ºano</b>	0	0	1	2,5	1	1,3	
	<b>11ºano</b>	0	0	7	17,5	7	8,8	
	<b>12ºano</b>	0	0	29	72,5	29	36,3	
	<b>Licenciatura</b>	0	0	1	2,5	1	1,3	
	<b>Mestrado</b>	0	0	1	2,5	1	1,3	
	<b>Idade</b>	<b>Média</b>	74,08		20,65		47,36	
		<b>Desvio Padrão</b>	6,926		2,497		27,374	
<b>Mínimo</b>		65		18		18		
<b>Máximo</b>		87		25		87		
<b>Total</b>		N=40		N=40		N=80		

**Delineamento**

No presente estudo, temos um desenho fatorial de 2 (nível etário: jovens adultos vs. idosos)  $\times$  2 (condição experimental: ator vs. ouvinte), ambas as variáveis entre participantes (*between*). Como variável dependente temos o foco do pensamento contrafactual: pensamento contrafactual centrado na Situação, pensamento contrafactual centrado na Escolha, pensamento contrafactual centrado no Sujeito, e Outros (categoria a incluir outro tipo de respostas não significativas). Assim sendo, temos 4 grupos: idosos ouvintes, idosos atores, jovens adultos ouvintes, jovens adultos atores.

## **Material**

De forma a replicar o estudo de Girotto et al. (2007), para a condição de ator foram utilizados dois problemas de resolução difíceis (e iguais) em ambos os envelopes (68×76), como é possível ver no Anexo B. Embora no estudo de Girotto et al. (2007) seja utilizado a condição de leitor, no presente estudo optamos por substituí-la pela condição de ouvinte, uma vez que alguns participantes idosos não têm escolaridade, o que poderia dificultar a leitura da história apresentada. Assim sendo, foi adaptada a história de Girotto et al. (2007) da condição de leitor para a condição de ouvinte do seguinte cenário: “A Ana foi convidada a participar num jogo. Um assistente de investigação disse-lhe: “De forma a ganhar dois chocolates, você tem de fazer uma conta “de cabeça”, em 30 segundos. Se falhar não recebe os chocolates. A conta é uma multiplicação, havendo uma fácil e uma difícil, que estão em envelopes diferentes. Vamos chamar-lhe envelope A e envelope B. Claro que nós não sabemos qual é o envelope que contém a multiplicação mais fácil”. A Ana aceitou o convite para participar. Ela escolheu o envelope A, e o assistente de investigação abriu-o. Infelizmente, era o envelope que continha a multiplicação mais difícil. Ela falhou. As coisas teriam sido melhores para a Ana, se ...” (Anexo C).

## **Procedimento**

A recolha de dados ocorreu entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2018, dos quais foram validados 80 participantes: 40 participantes idosos e 40 participantes jovens adultos. Os participantes foram distribuídos pelas posições de ator ou de ouvinte, em que os jovens adultos foram distribuídos aleatoriamente por uma destas posições. Já os idosos, antes de serem escolhidos para a posição de ouvinte ou de ator o experimentador certificava-se do nível de escolaridade dos mesmos, selecionando maioritariamente os idosos sem escolaridade para a posição de ouvintes (a exceção daqueles em que houve informação prévia de que embora não tivessem escolaridade tinham conhecimentos de matemática), enquanto que os idosos com escolaridade eram selecionados para a posição de atores.

Inicialmente, foi entregue um consentimento informado aos participantes onde informava acerca dos objetivos do presente estudo, de possíveis danos físicos ou psicológicos, da salvaguarda a confidencialidade de todos os participantes, assim como da possibilidade de o sujeito abandonar a experiência a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo. Juntamente com o consentimento informado, havia ainda um questionário sociodemográfico, em que era pedido o género, idade e habilitações literárias (Anexo A).

Como referido anteriormente, de maneira a replicar o estudo de Giroto et al. (2007), à exceção da posição de leitor que foi substituída pela posição de ouvinte (tal como explicado anteriormente), os sujeitos foram divididos em duas condições: ator vs ouvinte. Na condição de ator, os sujeitos foram convidados a participar num jogo em que poderiam ganhar dois chocolates caso conseguissem resolver uma multiplicação mentalmente, em 30 segundos (garantido através da utilização de um cronómetro). Foram apresentados dois envelopes (A e B) e os indivíduos tiveram de seleccionar um deles, em que foi dito que num continha uma multiplicação difícil e noutra uma multiplicação fácil, mas na verdade ambos os envelopes continham uma multiplicação difícil e igual ( $68 \times 76$ ) (Anexo B). Então, os atores receberam as seguintes instruções: “De forma a ganhar dois chocolates, deverá realizar uma conta “de cabeça” e acertar no resultado, em 30 segundos”. Nestes envelopes estão uma multiplicação fácil e outra difícil. Qual é o envelope que quer escolher?”. Depois de passarem os 30 segundos, e dos indivíduos terem falhado na resposta, foram questionados: “As coisas teriam sido melhores se...”. Na condição de ouvintes, a experimentadora explicou que iria contar uma história (ver descrição no material) e que no fim seria feita uma pergunta, em que foi deixado claro que a pergunta não tinha respostas certas ou erradas, mas que era sim uma pergunta de opinião. Assim, os ouvintes teriam de responder à instrução referida na história “As coisas teriam sido melhores para a Ana, se ...”.

A recolha de dados foi realizada individualmente e presencialmente, num espaço pouco sonorizado, e de forma semelhante a todos os participantes para que todas as condições da investigação fossem asseguradas pelo investigador e também para se manter o fator semelhante da experiência em todos os participantes.

Em média, a realização das atividades, em ambas as condições, durou entre 7 a 10 minutos, sendo feito no final um pequeno *debriefing*, uma vez que surgiram diversas vezes por parte dos participantes (principalmente nos idosos na posição de atores) a curiosidade em saber tanto o resultado da conta apresentada no envelope, como em saber que conta havia no outro envelope. Sempre que foi dito o resultado ou mostrado o envelope que não tinha sido escolhido, o experimentador deixou bem claro que a informação não poderia ser transmitida aos restantes elementos que iam participar no estudo, senão o estudo seria prejudicado.

De referir ainda, que embora nenhum participante tenha conseguido resolver a conta, foi entregue a todos os jovens adultos e idosos (em ambas as condições) 2 chocolates como forma de agradecimento por terem participado neste estudo.

## Resultados

Na análise de resultados foram considerados os pensamentos contrafactuais dominantes efetuados pelos participantes (n=80), independentemente da condição.

### Codificação dos pensamentos contrafactuais

De modo a analisarmos as respostas dadas pelos sujeitos (idosos e jovens adultos) foi necessário recorrermos a uma análise de conteúdo. Em que numa primeira fase, começamos por analisar as respostas dadas pelos participantes idosos na posição de atores seguindo o critério de cotar apenas a primeira resposta dada por estes, e, posteriormente, numa segunda fase, e de forma a nos certificarmos se haveriam ou não diferenças, analisamos as respostas dadas por esses participantes, mas tendo em conta o critério de respostas dominantes (isto é, cotar conforme o maior número de respostas dadas segundo uma determinada categoria). Após seguirmos estes dois critérios nos participantes idosos na posição de atores, chegamos a conclusão que embora houvesse diferenças de um critério para o outro em determinados sujeitos (e.g. sujeito 4, 12, 13 e 16) o resultado final não modificava, pois uns sujeitos compensavam os outros. Assim sendo, e por acharmos mais adequado, cotamos no presente estudo (tal como referido anteriormente) os pensamentos contrafactuais dominantes efetuados por todos os participantes, e, em ambas as condições. Contudo, houve algumas exceções, como por exemplo quando um participante dava apenas duas respostas, havendo impossibilidade de escolher a dominante seleccionávamos a primeira resposta dada pelo sujeito, assim como em casos em que houve empates (e.g., se um participante der três respostas, onde a primeira refere-se ao Sujeito, segunda a Situação e terceira a Escolha, então mais uma vez, escolhíamos a primeira resposta dada pelo participante).

Neste estudo, a cotação das respostas em relação ao pensamento contrafactual foi baseada nas categorias criadas no artigo original de Giroto et al. (2007). Deste modo, as categorias utilizadas para cotar o foco dos pensamentos contrafactuais foram os centrados na Escolha, na Situação, no Sujeito e Outras, que caracterizamos de seguida.

Pensamento Contrafactual centrado na Escolha: Foram codificados nesta categoria todos os contrafactuais que fizessem referência à escolha do envelope ou à participação do protagonista ou do próprio (e.g. “*Se a Ana tivesse escolhido o outro envelope, talvez acertasse*” [Suj.27]; “*Se eu tivesse escolhido o outro envelope, talvez acertasse.*” [Suj.15]); “*Se ela tivesse escolhido não participar no jogo.*” [Suj.72]).

Pensamento Contrafactual centrado na Situação: Foram incluídos nesta categoria todos os contrafactuais que alterassem características do problema ou da experiência (e.g. “*Se eu tivesse um lápis, sabia responder.*” [Suj.2]; “*Se alguém desse a resposta à Ana, ela talvez acertava.*” [Suj.28]); “*Se fosse uma conta de somar, eu acertava.*” [Suj.4]; “*Se não fosse a pressão do tempo.*” [Suj.48]; “*Se eu tivesse ajuda.*” [Suj.56]; “*Se eu tivesse uma calculadora ou o telemóvel.*” [Suj.52]).

Pensamento Contrafactual centrado no Sujeito: Considerou-se nesta categoria todos os contrafactuais que fizessem referência ao comportamento ou as características do próprio, ou do protagonista (e.g. “*Se a minha memória fosse como antes, eu sabia responder.*” [Suj.7]; “*Se a minha cabeça fosse como antes, eu acertava.*” [Suj.11]; “*Se eu me tivesse concentrado mais.*” [Suj.16]; “*Se ela tivesse sido esperta.*” [Suj.40]; “*Se ela tivesse tido um raciocínio mais rápido.*” [Suj.62]; “*Se ela não tivesse stressada com o puder ou não acertar.*” [Suj.77]; “*Se ela não tivesse tão stressada e preocupada apenas com os chocolates.*” [Suj.80]).

Outros: Nesta categoria foram incluídas todas as respostas que não pertenciam a nenhuma das outras categorias mencionadas anteriormente (e.g. “*Se ela tivesse tido sorte.*” [Suj.72]).

As respostas foram codificadas por dois juízes (Anexo D) independentes, em que o acordo inter-juízes foi validado pelo coeficiente de Kappa de Cohen, com um valor aproximadamente de 95 %, com  $p=0.000$  (Tabela 3, Anexo E), com um índice de acordo excelente. Em apenas três respostas é que não houve concordância, contudo esses desacordos foram resolvidos via discussão.

### **Análise Estatística**

A análise estatística dos resultados foi efetuada através do *software SPSS Statistics* (versão 24, IBM SPSS), bem como através do *Microsoft Office Excel 365*. Todos os testes de hipóteses foram realizados tendo em conta um nível de significância de 0,05.

Na Tabela 2, é possível observar as percentagens do foco do pensamento contrafactual (Escolha, Situação, Sujeito) em função do nível etário (idosos, jovens adultos) e da condição (ator, ouvinte).

**Tabela 2.** Percentagem no Foco do Pensamento Contrafactual (escolha, situação, sujeito) em relação ao Nível Etário (idosos, jovens) e Posição (ator, ouvinte)

		PCF Escolha (%)	PCF Situação (%)	PCF Sujeito (%)
<b>Idoso</b>	<b>Ator</b>	0	45	55
<b>Idoso</b>	<b>Ouvinte</b>	55	5	40
<b>Jovem</b>	<b>Ator</b>	5	85	10
<b>Jovem</b>	<b>Ouvinte</b>	70	10	20
<b>Total PCF (%)</b>		33	36	31

Em geral verifica-se que as três categorias de foco do PCF são utilizadas numa percentagem aproximada (Escolha 33%; Situação 36%; Sujeito 31%). No entanto, a sua frequência não é idêntica nas diferentes condições experimentais, como iremos analisar de seguida.

Relativamente ao grupo experimental Idosos-Ator é possível verificar que 45% dos participantes realizaram um foco do pensamento contrafactual na Situação e 55% realizaram um foco do pensamento contrafactual no Sujeito. Pelo contrário, os participantes do grupo Jovens-Ator fizeram um foco maioritariamente na Situação (85%) e apenas 10% realizaram um foco do pensamento contrafactual no Sujeito.

Em relação a posição de ouvinte, ambos os grupos (idosos e jovens), realizaram com mais frequência um foco do pensamento contrafactual na Escolha. Contudo, observa-se que, enquanto 70% dos jovens realizaram um foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha, apenas 55% dos idosos realizaram o mesmo tipo de foco.

Ainda em relação a posição de ouvinte, foi possível observarmos diferenças em relação ao foco do pensamento contrafactual no Sujeito, em que os idosos surgem novamente com maior tendência para um foco do PCF no Sujeito (40%) comparativamente com os jovens (20%). Estes valores indicam que os idosos, mesmo quando ouvem uma história em que o protagonista tem um desfecho negativo e não são os próprios a vivenciar essa situação, tendem a fazer atribuições de causalidade internas.

De seguida, recorreu-se a tabelas de contingência e ao Teste de independência do Qui-Quadrado (Tabelas 4 à 21, Anexo F), como forma de verificar a existência de diferenças significativas entre os grupos experimentais.

**H1: Na posição de ouvinte, espera-se que ambos os grupos (idosos e jovens adultos) foquem o pensamento contrafactual essencialmente na Escolha.**

Relativamente à primeira hipótese proposta pela presente investigação, não se espera que existam diferenças entre os idosos e os jovens adultos na Posição de ouvinte.

Em relação aos idosos, na Posição de ouvinte, realizou-se a análise entre o foco do pensamento contrafactual na Escolha e na Situação (11 e 1, teste Qui-quadrado,  $\chi^2= 11,905$ ;  $p= 0.001$ ), mostrando assim que os idosos na Posição de ouvinte focam mais a Escolha do que a Situação (Tabela 4 e 5).

Ainda em relação aos idosos, na Posição de ouvinte, realizou-se a análise entre o foco do pensamento contrafactual na Escolha e no Sujeito (11 e 8, teste Qui-quadrado,  $\chi^2= 0,902$ ;  $p= 0.342$ ), que evidencia que os idosos, na Posição de ouvinte, realizam ambos os focos do pensamento contrafactual (i.e., na Escolha e no Sujeito) (Tabela 6 e 7).

Em relação aos jovens adultos, na Posição de ouvinte, comparando-se o foco do pensamento contrafactual na Escolha e na Situação (14 e 2, teste Qui-quadrado,  $\chi^2= 6,696$ ;  $p=0.010$ ), verifica-se que os jovens adultos focam um PCF maioritariamente na Escolha (Tabela 8 e 9).

Por sua vez, quando comparados os jovens adultos, na Posição de ouvinte, em relação ao foco do PCF na Escolha e no Sujeito (14 e 4, teste Qui-quadrado,  $\chi^2= 10,101$ ;  $p=0.001$ ), evidencia-se igualmente que os jovens adultos focam maioritariamente um pensamento contrafactual na Escolha (Tabela 10 e 11).

Quando comparados idosos e jovens adultos na Posição de ouvinte, em relação ao foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha, nota-se que não existem diferenças na quantidade de PCF centrado na Escolha (11 e 14, teste Qui-quadrado,  $\chi^2= 0,960$ ;  $p=0.327$ ). Neste sentido, não se rejeita  $H_0$ , ou seja, a distribuição do PCF centrado na Escolha é o mesmo entre os dois níveis etários (idosos e jovens adultos), na Posição de ouvinte, o que vai no sentido do que é proposto pela nossa hipótese de que ambos os grupos focariam igualmente o pensamento contrafactual centrado na Escolha, na posição de ouvinte (Tabela 12 e 13).

**H2: Na posição de ator, espera-se que os idosos foquem o pensamento contrafactual no Sujeito (próprio), enquanto que os jovens adultos foquem o pensamento contrafactual na Situação.**

Em relação à segunda hipótese proposta pela presente investigação, espera-se encontrar diferenças entre idosos e jovens adultos na Posição de ator.

Neste sentido, procedeu-se à análise do foco do pensamento contrafactual centrado na Situação e no Sujeito em idosos na Posição de ator (9 e 11, teste Qui-quadrado,  $\chi^2=0,400$ ;  $p=0.527$ ), evidenciando-se que os idosos realizam ambos os focos do pensamento contrafactual (i.e., Situação e Sujeito) na Posição de ator. Contudo, há um maior foco do PCF centrado no Sujeito, tal como era proposto pela nossa hipótese (Tabela 14 e 15).

Por sua vez, realizou-se a análise do foco do pensamento contrafactual centrado na Situação e no Sujeito em jovens adultos na Posição de ator (17 e 2, teste Qui-quadrado,  $\chi^2=22,556$ ;  $p=0.00$ ), mostrando assim, que os jovens adultos na Posição de ator focam maioritariamente um PCF centrado na Situação, tal como era proposto pela nossa hipótese (Tabela 16 e 17).

Por fim, efetuou-se uma análise como forma de testar a hipótese de que na Posição de ator existem diferenças significativas entre idosos e jovens. Para tal, em primeiro lugar, comparou-se idosos e jovens adultos na Posição de ator, em relação ao foco do pensamento contrafactual centrado na Situação (9 e 17, teste Qui-quadrado,  $\chi^2=7,033$ ;  $p=0.08$ ), mostrando que existem diferenças na quantidade de PCF centrado na Situação entre idosos e jovens adultos, na posição de ator (Tabela 18 e 19), com uma superioridade para os jovens adultos. Em segundo lugar, comparou-se idosos e jovens adultos na Posição de ator, em relação ao foco do PCF centrado no Sujeito (11 e 2, teste Qui-quadrado,  $\chi^2=9,231$ ;  $p=0.002$ ), mostrando que existem diferenças significativas na quantidade de PCF centrado no Sujeito entre idosos e jovens adultos, na Posição de ator (Tabela 20 e 21), com uma superioridade para os idosos. Neste sentido, rejeita-se  $H_0$ , i.e., a distribuição do PCF centrado na Situação e no Sujeito é diferente entre o nível etário (i.e., idosos e jovens adultos), na Posição de ator, no sentido que é preconizado na nossa hipótese de que os idosos focam maioritariamente o PCF centrado no Sujeito, enquanto os jovens adultos focam o PCF centrado na Situação.

## Discussão

A maioria das investigações realizadas acerca do pensamento contrafactual, recorrem a cenários, supondo muitas vezes que os sujeitos produzem o mesmo tipo de contrafactuais independentemente de lerem, ouvirem ou vivenciarem uma situação. Isto é, acreditava-se que o leitor e/ou ouvinte seria capaz de se identificar com o protagonista da história e fazer pensamentos contrafactuais semelhantes aos do próprio protagonista. Contudo, Giroto et al., (2007) colocaram essas investigações em causa, ao defenderem que os indivíduos produzem diferentes contrafactuais em função da forma como são expostos a uma determinada situação. Segundo estes autores, atores e leitores realizam pensamentos contrafactuais diferentes, porque se focam em informações diferentes.

Partindo deste pressuposto defendido por Giroto et al., (2007), a presente investigação teve como objetivo estudar o foco do pensamento contrafactual em jovens adultos e em idosos, quando confrontados com eventos hipotéticos (no caso dos ouvintes) e com eventos reais (no caso dos atores).

Neste sentido, e ao considerar os estudos anteriores feitos com idosos (Reno, 1979; Rodin & Langer, 1980; Banziger & Drevenstedt, 1982; Lachaman & McArthur, 1986; Lachaman, 1990), assumiu-se que, quando fossem confrontados com um evento real (i.e., posição de ator), em que obtinham um resultado negativo, realizassem atribuições causais internas (i.e., que atribuísem a causa ao próprio). Em relação aos jovens adultos, esperava-se que realizassem contrafactuais com causalidade externa, ou seja que se focassem na situação. Por outro lado, esperava-se que ambos os grupos (i.e., idosos e jovens adultos), quando confrontados com um evento hipotético (i.e., Posição de ouvinte), produzissem contrafactuais com foco na Escolha do envelope, como apresentado em estudos anteriores (e.g., Giroto et al, 2007; Pighin et al, 2011).

**H1: Na posição de ouvinte, espera-se que ambos os grupos (idosos e jovens adultos) foquem o pensamento contrafactual essencialmente na Escolha.**

A presente investigação teve por base o estudo de Giroto et al. (2007), em que se introduziu idosos e jovens adultos na Condição de ouvinte (em vez de leitor, por alguns idosos não terem escolaridade) para a concretização desta hipótese. Esperava-se, portanto, como referido anteriormente, que ambos os grupos (i.e., idosos e jovens adultos), na Posição de ouvinte, produzissem contrafactuais com foco na Escolha do envelope.

Atendendo aos resultados da presente investigação, foi possível verificar que tanto os idosos como os jovens adultos, na Posição de ouvinte, focam o pensamento contrafactual essencialmente na Escolha (e.g., “Se ela [Ana] tivesse escolhido o envelope B” ou “Se ela [Ana] tivesse escolhido o envelope com a conta mais fácil”), tal como previsto pela hipótese do presente estudo. Denota-se, portanto, que quando confrontados com eventos hipotéticos, os idosos e os jovens adultos, não apresentam diferenças significativas em relação ao foco do pensamento contrafactual.

Contudo, existem ligeiras diferenças entre os idosos e os jovens adultos, na Posição de ouvinte. Pois, embora ambos os grupos realizem maioritariamente um foco do pensamento contrafactual na Escolha, na Posição de ouvinte, este número é marginalmente superior nos jovens adultos.

Este resultado deve-se ao facto de ter havido um foco do PCF no Sujeito, na Posição de ouvinte, marginalmente superior nos idosos, comparativamente aos jovens adultos. Evidencia-se, portanto, que os idosos, na Posição de ouvinte, parecem se identificar com o protagonista da história, fazendo atribuições de causalidade interna em relação ao outro, como se fossem atribuições ao próprio (e.g., “Se ela [Ana] for velha como eu, não sabe responder”; “Se ela [Ana] não sabe ler, então não podia saber responder”). Esta identificação feita pelos idosos com o protagonista, pode estar relacionada com o facto de não ter sido dado qualquer tipo de informação acerca da idade da protagonista da história, e, por isso, terem considerado que poderia ser uma idosa, pois sabe-se que os idosos, tendem a fazer atribuições internas e estáveis não só para os próprios como também para outros da mesma idade (i.e., outros idosos) (Lachaman & McArthur, 1986).

## **H2: Na posição de ator, espera-se que os idosos foquem o pensamento contrafactual no Sujeito (próprio), enquanto que os jovens adultos foquem o pensamento contrafactual na Situação.**

Na Posição de ator, era esperado que os idosos focassem o pensamento contrafactual no próprio (i.e., Sujeito), e que os jovens adultos focassem o pensamento contrafactual na Situação (tal como referido anteriormente).

Os resultados da presente investigação vêm no sentido preconizado por esta hipótese, uma vez que os jovens adultos, na Posição de ator, realizaram maioritariamente um foco do PCF na Situação (e.g., “Se eu tivesse um lápis”; “Se eu tivesse mais tempo”), e por sua vez, os idosos, na Posição de ator, embora tivessem realizado ambos os focos do pensamento

contrafactual (i.e., Situação e Sujeito), houve um maior foco do PCF centrado no Sujeito (e.g., “Se eu fosse para a escola aprender”; “Se eu tivesse outra cabeça”; “Se eu fosse mais nova”).

De salientar que na Posição de ator, o foco do PCF na Escolha, foi feito apenas por uma pequena minoria dos jovens adultos (não havendo nenhum foco do PCF na Escolha realizado pelos idosos), mostrando assim, que os sujeitos na Posição de ator e os sujeitos na Posição de ouvinte focam-se em informações diferentes, tal como foi observado anteriormente por Giroto et al. (2007).

Em relação aos jovens adultos, na Posição de ator, foi possível verificar um resultado muito significativo em relação à hipótese formulada. Isto é, a grande maioria dos jovens adultos, na Posição de ator, criaram realidades alternativas focadas em aspetos externos, sobretudo em elementos referentes à Situação (e.g., “Se eu tivesse uma calculadora”, “Se eu tivesse uma tabuada”, “Se eu tivesse um telemóvel”), tal como era esperado e tinha sido demonstrado anteriormente por Giroto et al. (2007).

Por sua vez, em relação aos idosos, na Posição de ator, evidenciou-se que apesar de haver um resultado marginalmente significativo em relação ao foco do PCF na Situação, na sua maioria criavam PCF centrados no Sujeito (i.e., no próprio), tal como era esperado. Assim, embora, parecesse haver uma certa divisão entre o PCF centrado no Sujeito e do PCF centrado na Situação, quando comparados jovens adultos e idosos, na Posição de ator, em relação ao PCF centrado no Sujeito, evidenciou-se que existe uma diferença significativa, em que os idosos apresentam uma clara tendência para realizar atribuições causais internas, perante o insucesso.

Neste sentido, verifica-se que estes resultados vão de encontro com estudos anteriores que mostraram que os idosos eram mais propensos a fazer atribuições de causalidade interna do que os jovens, perante um evento negativo (e.g., falhas e/ou maus resultados) (Reno, 1979; Rodin & Langer, 1980; Banziger & Drevenstedt, 1982; Lachaman & McArthur, 1986; Lachaman, 1990).

Na presente investigação, observou-se ainda, que os idosos, na Posição de ator, tendiam não só a atribuir a causa do seu insucesso a algo interno, como também incontrolável (e.g., “Se eu fosse mais nova”; “Se eu tivesse outra cabeça”; “Se a minha cabeça fosse como antes”), indo igualmente de encontro com estudos realizados anteriormente (Devolder & Pressley, 1992; Hertzog, McGuire & Lineweaver, 1998; Blatt Eisengart & Lachman, 2004).

Esta ideia de incontrolabilidade é muitas vezes reconhecida em sujeitos que aceitam a sua vivência quotidiana como algo que não está sob o seu controlo, não sendo possível, por

isso, viver de outra forma (Markman & Miller, 2006). Neste sentido, a incontrollabilidade, surge muitas vezes associada a sujeitos com sintomatologia depressiva.

Para além disso, e embora existam evidências de diferenças de idade no que respeita a atribuições de causalidade para insucessos, em que os idosos surgem sempre como sendo mais propensos a atribuir causas internas, comparativamente aos outros grupos etários, torna-se pertinente referir, que esta ideia de atribuir causas internas perante resultados negativos, surge também, frequentemente associada à depressão. Segundo Abramson et al., (1978), sujeitos que tendem a atribuir fatores internos, estáveis e globais a resultados negativos apresentam uma maior predisposição para experienciar um humor depressivo.

De salientar ainda, que num estudo recente de Monte (2017), onde foi estudado o foco do pensamento contrafactual em indivíduos com depressão e sem depressão, evidenciou-se que os indivíduos depressivos realizaram um maior número de contrafactuais centrado no Sujeito, quando comparados com os indivíduos não depressivos, o que sugere, uma maior tendência para o foco do insucesso ser interno, no caso dos indivíduos depressivos.

Desta forma, poderia ter sido importante na presente investigação avaliar a intensidade do estado depressivo dos participantes (e.g., através do Inventário de Depressão de Beck (BDI), como forma de verificar se os resultados presentes nos idosos, na posição de ator, devem-se efetivamente ao fator idade ou a uma tendência de humor mais depressivo.

Como forma de conclusão, pode-se considerar que os resultados obtidos nesta investigação são importantes e podem levantar questões relevantes em relação ao pensamento em idosos, sobretudo devido ao facto de as atribuições de causalidade para eventos negativos estarem associadas a aspetos negativos sobre o próprio. Tal facto é patente também na depressão (Abramson et al., 1978; Quelhas, Power, Juhos & Senos, 2008; Monte, 2017), e por isso deverá ser um importante indicador a ter em conta na intervenção (e.g., psicoterapia) com idosos.

### **Limitações e sugestões para futuras investigações**

Durante a presente investigação surgiram algumas limitações. Em primeira instância, torna-se pertinente considerar que uma das limitações da presente investigação foi o facto de não se ter avaliado o estado depressivo dos participantes, sobretudo no que respeita aos idosos, na posição de ator, uma vez que como referido anteriormente, teria sido um dado importante como forma de validar se os resultados obtidos se devem ao fator idade ou uma tendência de humor mais depressivo por parte dos participantes. Neste sentido, sugerimos que em

investigações futuras seja avaliada a intensidade do estado depressivo dos idosos, por exemplo através do Inventário de Depressão de Beck (BDI).

Numa segunda instância, é de salientar a acentuada dificuldade em encontrar literatura referente ao pensamento contrafactual em idosos, tendo-se por isso baseado sobretudo em estudos realizados sobre atribuições de causalidade em idosos. Tornando-se por isso importante que futuramente sejam realizados mais estudos acerca do pensamento contrafactual em idosos. Em conformidade com a segunda instância é de referir que uma das limitações do presente estudo foi o facto da formulação da nossa hipótese referente aos idosos, na posição de ator, ter sido fundamentada com estudos antigos.

Outro aspeto a ter em consideração em investigações futuras com idosos é o nível de escolaridade. Notou-se que os idosos, tanto na posição de ator, como de ouvinte, faziam referência à escolaridade (e.g., “Se eu tivesse estudado”; “Se eu tivesse ido para a escola”; “Se ela [Ana] não estudou”). Este aspeto da escolaridade pode ter, em parte, influenciado também o foco do PCF no Sujeito, uma vez que justificavam frequentemente o falhanço devido á ausência de estudo e/ou escolaridade. Neste sentido, será interessante fazer o mesmo estudo, mas com sujeitos com escolaridade superior ao 4ºano. Para além disso, será importante que exista uma amostra mais homogénea ao nível de grau de escolaridade (algo que não aconteceu na presente investigação).

Por fim, pode-se considerar que uma das limitações do presente estudo, foi o número de participantes. Apesar de a totalidade dos participantes ser consideravelmente boa (n=80), o número de indivíduos em cada grupo experimental é reduzido (n=20). Para além disso, a amostra foi somente recolhida na Região Autónoma da Madeira, o que se torna numa amostra pouco representativa da população portuguesa.

## Referências

- Abramson, L. Y., Seligman, E. P., & Teasdale, J. D. (1978). Learned helplessness in humans: critique and reformulation. *Journal of Abnormal Psychology, 87* (1), 49-74.
- Alicke, M. D., Buckingham, J., Zell, E., & Davis, T. (2008). Culpable control and counterfactual reasoning in the psychology of blame. *Personality and Social Psychology Bulletin, 34* (10), 1371-1381. doi: 10.1177/0146167208321594.
- Banziger, G., & Drevenstedt, J. (1982). Achievement attributions by young and old judges as a function of perceived age of stimulus person. *Journal of Gerontology, 37*(4), 468-474. doi:10.1093/geronj/37.4.468.
- Blatt-Eisengart, I., & Lachman, M. E. (2004). Attributions for memory performance in adulthood: age differences and mediation effects. *Aging, Neuropsychology, and Cognition: A Journal on Normal and Dysfunctional Development, 11* (1), 68-79. doi:10.1076/anec.11.1.68.29364.
- Boeckel, M. G., & Sarriera, J. C. (2006). Estilos parentais, estilos atribucionais e bem-estar psicológico em jovens universitários. *Revista Brasileira do Crescimento e Desenvolvimento Humano, 16*(3), 53-65. doi:10.7322/jhgd.19802.
- Brigard, D., Rodriguez, D., & Montañés, P. (2017). Exploring the experience of episodic past, future, and counterfactual thinking in younger and older adults: a study of a colombian sample. *Consciousness and Cognition, 51*, 258-267. doi: 10.1016/j.con-cog.2017.04.007.
- Byrne, R. M. (2005). *The rational imagination: How people create alternatives to reality*. Cambridge: The MIT Press.
- Byrne, R. M. (2015). Counterfactual thought. *Annual Review of Psychology, 67*, 135-157. doi: 10.1146/annurev-psych-122414-033249.
- Byrne, R. M. J., Segura, S., Culhane, R., Tasso, A. & Berrocal, P. (2000). Temporality effect in counterfactual thinking about what might have been. *Memory & Cognition, 28*(2), 264-281.
- Byrne, R. M., & Quelhas, A. C. (1999). Raciocínio contrafactual e modelos mentais. *Análise Psicológica, 4* (XVII), 713-721.
- Camerer, C., Loewenstein, G., & Weber, M. (1989). The curse of knowledge in economic setting: an experimental analysis. *Journal of Political Economy, 97* (5), 1232-1254. doi: 10.1086/261651

- Catellani, P., & Milesi, P. (2001). Counterfactuals and roles: Mock victims' and perpetrators' accounts of judicial cases. *European Journal of Social Psychology*, 31(3), 247-264. doi:10.1002/ejsp.39.
- Deary, I. J., Johnson, W., & Starr, J. M. (2010). Are processing speed tasks biomarkers of cognitive aging? *Psychology and Aging*, 25 (1), 219-228. doi: 10.1037/a0017750.
- Devolder, P. A., & Pressley, M. (1992). Causal attributions and strategy use in relation to memory performance differences in younger and older adults. *Applied Cognitive Psychology*, 6 (7), 629-642. doi: 10.1002/acp.2350060706.
- Dixon, J. & Byrne, R. M. J. (2011). "If only" counterfactual thoughts about exceptional actions. *Memory & Cognition*, 39 (1), 1317-1331. doi:10.3758/s13421-011-0101-4.
- Elster, J. (1999). *Alchemies of the mind: Rationality and the emotions*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Epstude, K., & Roese, N. J. (2008). The functional theory of counterfactual thinking. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 12 (2), 168-192. doi: 10.1177/1088868308316091.
- Gaesser, B., Sacchetti, D. C., Addis, D. R., & Schacter, D. L. (2011). Characterizing age-related changes in remembering the past and imagining the future. *Psychology and Aging*, 26 (1), 80-84. doi:10.1037/a0021054.
- Gerlach, K. D., Dornblaser, D. W., & Schacter, D. L. (2013). Adaptive constructive processes and memory accuracy: consequences of counterfactual simulations in young and older adults. *Memory*, 22 (1), 145-162. doi: 10.1080/09658211.2013.779381.
- Gilbert, D. T., Morewedge, C. K., Risen, J. L., & Wilson, T. D. (2004). Looking forward to looking backward: the misprediction of regret. *Psychological Science*, 15 (5), 346-350. doi:10.1111/j.0956-7976.2004.00681.x.
- Giroto, V., Ferrante, D., Pighin, S. & Gonzalez, M. (2007). Postdecisional Counterfactual thinking by Actors and Readers. *Psychological Science*, 18(6), 510-515. doi:10.1111/j.1467-9280.2007.01931.x.
- Giroto, V., Legrenzi, P. & Rizzo, A. (1991). Event controllability in counterfactual thinking, *Acta Psychologica*, 78, 111-133.
- Goldinger, S. D., Kleider, H. M., Azuma, T., & Beike, D. R. (2003). "Blaming the victim" under memory load. *Psychological Science*, 14(1), 81-85. doi: 10.1111/1467 9280.01423.

- Goldvarg, E., & Johnson-Laird, P. N. (2001). Naive causality: a mental model theory of causal meaning and reasoning. *Cognitive Science*, 25 (4), 565-610. doi: 10.1207/s15516709cog2504\_3
- Haugen, R., & Lund, T. (2002). Self-concept, attributional style and depression. *Journal of Experimental Educational Psychology*, 22 (3), 305-315. doi: 10.1080/01443410220138539
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Hertzog, C., McGuire, C. L., & Lineweaver, T. T. (1998). Aging, attributions, perceived control and strategy use in a free recall task. *Aging, Neuropsychology, and Cognition*, 5(2), 85-106. doi:10.1076/anec.5.2.85.601.
- Kahneman, D., & Miller, D. T. (1986). Norm theory: Comparing reality to its alternatives. *Psychological Review*, 93(2), pp. 136-153. doi:10.1037/0033-295X.93.2.136.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1982). The simulation heuristic. In D. Kahneman, P. Slovic, & A. Tversky, *Judgment under uncertainty: Heuristics and biases* (pp. 201-208). New York: Cambridge University Press.
- Lachman, M. E. (1991). Perceived control over memory aging: developmental and intervention perspectives. *Journal of Social Issues*, 47 (4), 159-175. doi:10.1111/j.1540-4560.1991.tb01840.x.
- Lachman, M. E. (1990). When bad things happen to older people: age differences in attributional style. *Psychology and Aging*, 5(4), 607-609. doi:10.1037/0882-7974.5.4.607.
- Lachman, M. E., & McArthur, L. Z. (1986). Adulthood age differences in causal attributions for cognitive, physical, and social performance. *Psychology and Aging*, 1 (2), 127-132.
- Lewis, D. (1973). *Counterfactuals*. Oxford, UK: Blackwell.
- Malle, B. F., Guglielmo, S., & Monroe, A. E. (2014). A theory of blame. *Psychological Inquiry*, 25(2), 147-186. doi:10.1080/1047840X.2014.877340.
- Mandel, D. R. (2003). Judgment dissociation theory: an analysis of differences in causal, counterfactual, and covariation. *Journal of Experimental Psychology*, 132 (3), 419-434. doi:10.1037/0096-3445.132.3.419.
- Markman, K. D., & Miller, A. K. (2006). Depression, control, and counterfactual thinking: Functional for whom?. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 25(2), 210-227. doi: 10.1521/jscp.2006.25.2.210

- McCloy, R., & Byrne, R. M. (2000). Counterfactual thinking about controllable events. *Memory & Cognition*, 28(6), 1071-1078.
- McEleney, A., & Byrne, R. M. (2006). Spontaneous counterfactual thoughts and causal explanations. *Thinking & Reasoning*, 12 (2), 235-255. doi:10.1080/13546780500317897.
- McNamara, P., Durso, R., Brown, A., & Lynch, A. (2003). Counterfactual cognitive deficit in persons with parkinson's disease. *Journal of Neurology, Neurosurgery & Psychiatry*, 74 (8), 1065-1070. doi:10.1136/jnnp.74.8.1065.
- Migliore, S., Curcio, G., Mancini, F., & Cappa, S. (2014). Counterfactual thinking in moral judgment: an experimental study. *Frontiers in Psychology*, 5, 451. doi: 10.3389/fpsyg.2014.00451.
- Miller, D. T., & Gunasegaram, S. (1990). Temporal order and the perceived mutability of events: Implications for blame assignment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59(6), 1111-1118. doi:10.1037/0022-3514.59.6.1111.
- Monte, D. (2017). *Pensamento contrafactual na depressão: Atores versus leitores* (Dissertação de mestrado). ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Neto, S., & Senos, J. (2013). Pensamento contrafactual e inferência causal: efeito de facilitação e dissociação da ativação. *Psychologica*, 56, 101-118. doi: 10.14195/1647- 8606\_56\_6.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2002). *Envelhecimento ativo: um projeto de política de saúde*. [Consultado a 12 de abril de 2018]. Obtido de [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_ativo.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf).
- Ping, Z., & Shuguang, L. (2014). Experimental study of spontaneous and induced counterfactual thinking in the elderly and young. *Journal of Bio-Education*, 2 (1), 38-41.
- Pighin, S., Byrne, R. M., Ferrante, D., Gonzalez, M., & Giroto, V. (2011). Counterfactual thoughts about experienced, observed, and narrated events. *Thinking & Reasoning*, 17 (2), 197-211. doi: 10.1080/13546783.2011.561598.
- Quelhas, A. C., Power, M. J., Juhos, C., & Senos, J. (2008). Counterfactual thinking and functional differences in depression. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 15, 352-365. doi: 10.1002/cpp.593.
- Rasga, C., Quelhas, A. C., & Byrne, R. M. (2016). Children's reasoning about other's intentions: False-belief and counterfactual conditional inferences. *Cognitive Development*, 40, 46-59. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cogdev.2016.08.007>.
- Reno, R. (1979). Attribution for success and failure as a function of perceived age. *Journal of Gerontology*, 34 (5), 709-715.

- Ritov, I. & Baron, J. (1990). Reluctance to vaccinate: omission bias and ambiguity. *Journal of behavioral decision making*, 3, 263-277.
- Rodin, J., & Langer, E. (1980). Aging labels: the decline of control and the fall of self-esteem. *Journal of Social Issues*, 36 (2), 12-29. doi: 10.1111/j.1540-4560.1980.tb02019.x.
- Roese, N. J. (1994). The functional basis of counterfactual thinking. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66 (5), 805-818. doi: 10.1037/0022-3514.66.5.805
- Roese, N. J. (1997). Counterfactual thinking. *Psychological Bulletin*, 121 (1), 133-148. doi: <http://dx.doi.org/10.1037//0033-2909.121.1.133>.
- Roese, N. J., & Epstude, K. (2017). The functional theory of counterfactual thinking: New evidence, new challenges, new insights. *Advances in Experimental Social Psychology*, 56, 1-79. doi: [doi.org/10.1016/bs.aesp.2017.02.001](https://doi.org/10.1016/bs.aesp.2017.02.001).
- Roese, N.J., & Olson, J.M (1993a). The structure of counterfactual thought. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 19(3), 312-319. doi: 10.1177/0146167293193008.
- Roese, N. J., & Olson, J. M. (1993b). Self-Esteem and counterfactual thinking. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65(1), 199-206. doi:10.1037/0022-3514.65.1.199
- Roese, N. J., & Olson, J. M. (1995a). Counterfactual thinking: A critical overview. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 1-55). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Roese, N. J., & Olson, J. M. (1995b). Functions of counterfactual thinking. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 169-197). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Roese, N. J., & Olson, J. M. (1997). Counterfactual thinking: The intersection of affect and function. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 29, pp. 1-59). San Diego, CA: Academic Press.
- Seelau, E. P., Seelau, S. M., Wells, G. L., & Windschitl, P. D. (1995). Counterfactual constraints. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 57-79). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Senos, J. (2008). *Pensamento contrafactual e raciocínio causal: efeito de facilitação recíproca e modelo de integração* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

- Senos, J., & Almeida Rocha, T. (1998). Counterfactual reasoning and context: the affective function of downward counterfactuals (pp. 235 - 250). In A. C. Quelhas, & F. Pereira (ed.), *Cognition and Context*. Lisboa: ISPA.
- Taylor, S. E., & Schneider, S. K. (1989). Coping and the simulation of events. *Social Cognition*, 7 (2), 174-194. doi: <https://doi.org/10.1521/soco.1989.7.2.174>.

## **ANEXOS**

## **Anexo A – Consentimento Informado**



**ISPA – Instituto Superior de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida**  
**Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica**  
**Consentimento Informado**  
**Ano Letivo 2017/2018**

Declaro que fui informado:

- a) da liberdade da minha participação no presente estudo, bem como do meu direito de retirar meu consentimento a qualquer momento;
- b) da garantia de receber resposta a qualquer dúvida acerca dos procedimentos e outros assuntos relacionados com a aplicação do estudo;
- c) da segurança de que não serei identificado e que se manterá o carácter confidencial das informações registadas;
- d) de que não serão apresentados quaisquer riscos físicos ou psicológicos na participação do presente estudo.

Para além disso, poderei esclarecer qualquer dúvida, através:

Email: 25255@alunos.ispa.pt

Lisboa, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Assinatura do participante

\_\_\_\_\_

Assinatura do investigador

\_\_\_\_\_

---

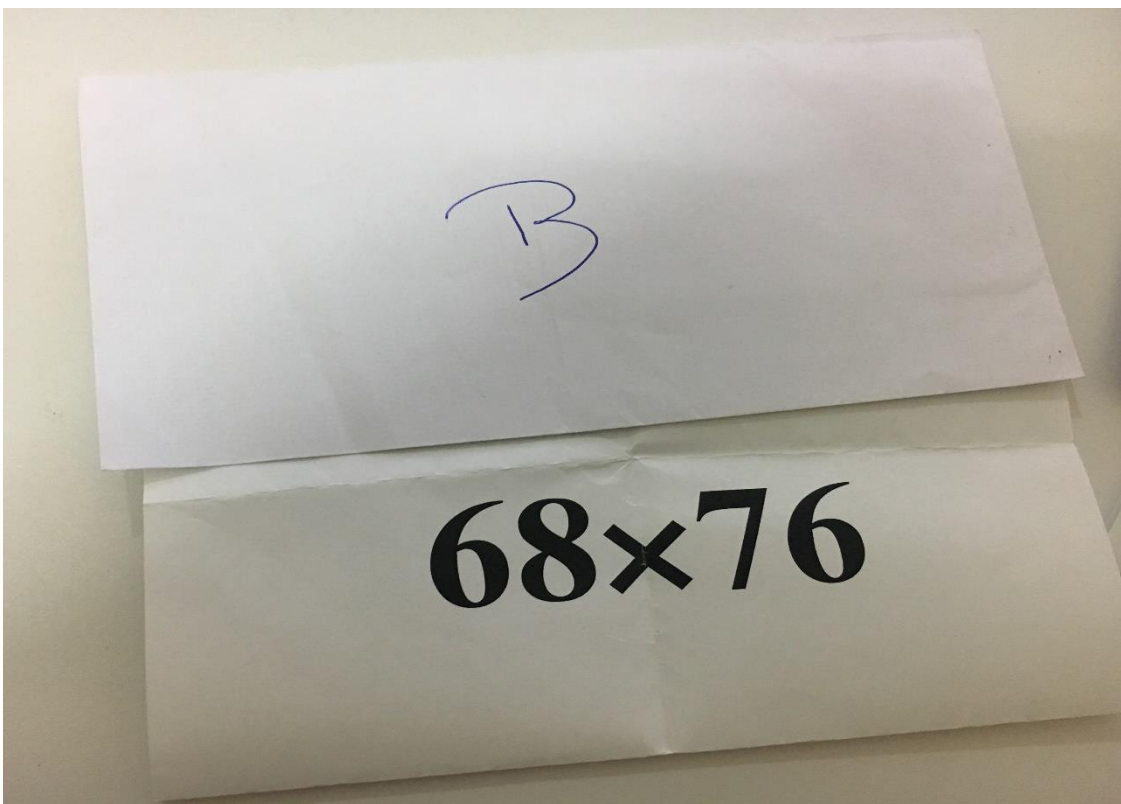
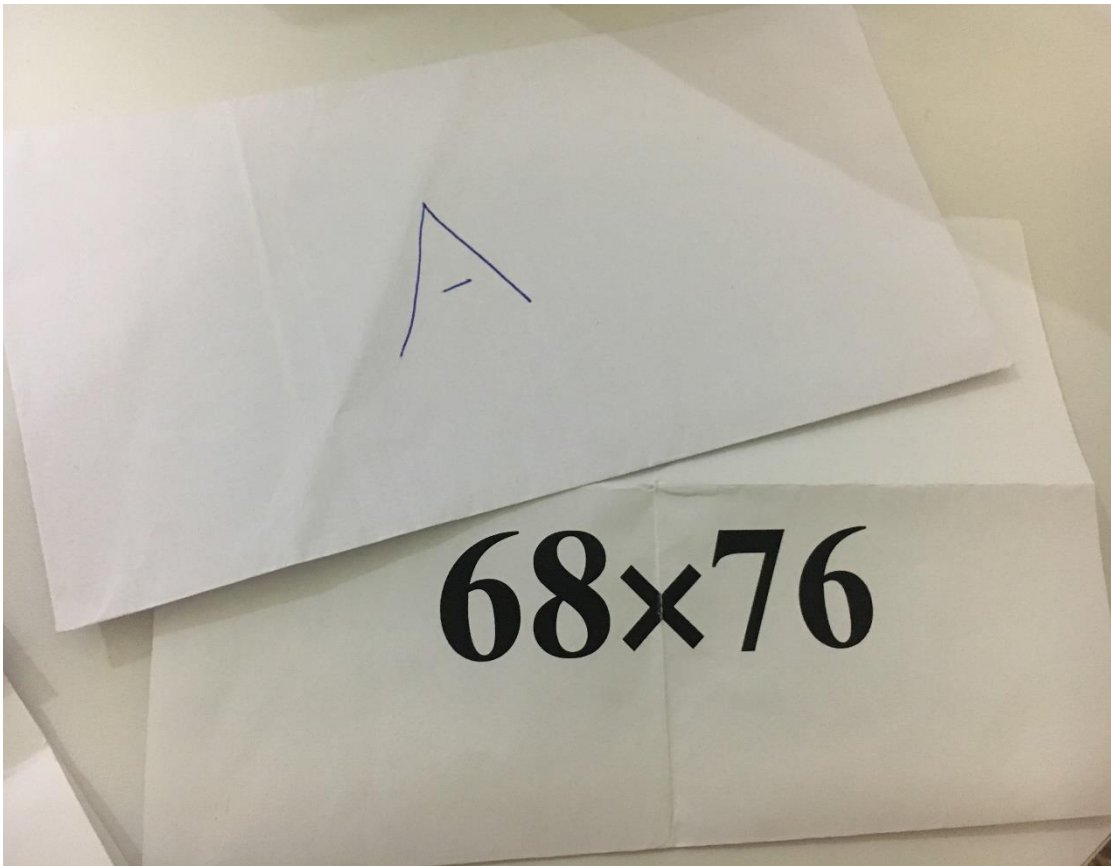
Para efeitos estatísticos, será necessário preencher:

Sexo: Feminino  Masculino

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Grau de escolaridade: \_\_\_\_\_

Anexo B – Tarefa para a Condição de Ator



### Anexo C – Tarefa para a condição de ouvinte

“A Ana foi convidada a participar num jogo. Um assistente de investigação disse-lhe: “De forma a ganhar dois chocolates, você tem de fazer uma conta “de cabeça”, em 30 segundos. Se falhar não recebe os chocolates. A conta é uma multiplicação, havendo uma fácil e uma difícil, que estão em envelopes diferentes. Vamos chamar-lhe envelope A e envelope B. Claro que nós não sabemos qual é o envelope que contém a multiplicação mais fácil”. A Ana aceitou o convite para participar. Ela escolheu o envelope A, e o assistente de investigação abriu-o. Infelizmente, era o envelope que continha a multiplicação mais difícil. Ela falhou. As coisas teriam sido melhores para a Ana, se ...”.

## Anexo D – Respostas dos participantes e cotação dos juízes

Participantes	Respostas	Cotação Juiz 1	Cotação Juiz 2	Cotação Final
<b>Condição: Idoso-Ator</b>				
1	1- “Se eu fosse para a escola aprender ia saber responder” 2- “Se os meus pais tivessem me mandado para a escola eu sabia responder”	2	2	2
2	1- “Se eu tivesse um lápis, sabia responder” 2- “Se eu tivesse mais tempo, sabia responder”	1	1	1
3	1- “Se eu tivesse estudado mais, sabia responder” 2- “Se os meus pais me tivessem metido na escola, eu sabia responder” 3- “Se os meus filhos me tivessem ensinado a fazer contas de multiplicar, em vez de somar, eu sabia responder” 4- “Se fosse uma conta de somar, eu acertava”	2	2	2
4	1- “Se eu soubesse a tabuada, sabia responder” 2- “Se eu tivesse mais tempo, sabia responder” 3- “Se fosse uma conta de somar, eu sabia responder”	1	1	1
5	1- “Se eu tivesse um lápis fazia a conta e então ia saber responder” 2- “Se me tivesse deixado usar uma calculadora, eu ia saber responder”	1	1	1
6	1- “Se eu tivesse estudado, ia saber responder”	2	2	2
7	1- “Se eu tivesse outra cabeça, sabia responder” 2- “Se a minha cabeça estivesse boa, eu sabia responder” 3- “Se fosse uma conta mais fácil, eu sabia responder” 4- “Se a minha memória fosse como antes, eu sabia responder”	2	2	2
8	1- “Se eu tivesse o lápis, eu conseguia responder” 2- “Se me tivesse deixado usar o lápis e o papel, eu sabia responder” 3- “Se me tivesse dado mais tempo, eu conseguia responder”	1	1	1
9	1- “Se eu tivesse tido mais tempo, conseguia responder” 2- “Se eu fosse mais nova respondia certo, mesmo com pouco tempo”	1	1	1
10	1- “Se fosse uma conta mais fácil, eu acertava” 2- “Se não fosse de multiplicar, eu acertava”	1	1	1
11	1- “Se eu fosse mais nova, sabia fazer contas” 2- “Se eu fosse mais nova ia conseguir me lembrar de como se faz contas de multiplicar” 3- “Se eu tivesse usado um lápis, talvez ainda conseguia acertar no resultado” 4- “Se a minha cabeça fosse como antes, eu acertava”	2	2	2

12	1- “Se eu tivesse tido mais tempo, talvez conseguisse acertar” 2- “Se eu tivesse um lápis, podia ter acertado” 3- “Se eu fosse mais nova talvez conseguia resolver a conta” 4- “Se a minha cabeça fosse o que era a uns anos atras, talvez acertava nesta conta” 5- “Se eu me concentrasse mais, talvez chegava a algum resultado”	2	2	2
13	1- “Se me tivesse feito esta pergunta a uns anos atras, eu sabia responder” 2- “Se fosse um minuto, em vez de 30 segundos, eu talvez conseguia pensar melhor” 3- “Se fosse uma conta com um dígito, eu acertava porque sei a tabuada” 4- “Se eu tivesse um lápis, sabia responder”	1	1	1
14	1- “Se eu ainda me lembrasse de como é que se faz contas de cabeça, talvez acertava” 2- “Se a minha cabeça fosse como andei na escola, eu respondia corretamente”	2	2	2
15	1- “Se eu tivesse um lápis, talvez acertasse” 2- “Se fosse uma conta de somar, eu fazia de cabeça” 3- “Se fosse uma conta de multiplicar só com um dígito, eu respondia em 30 segundos” 4- “Se eu tivesse escolhido o outro envelope, talvez acertasse”	1	1	1
16	1- “Se eu tivesse mais tempo” 2- “Se eu tivesse me concentrado mais” 3- “Se eu tivesse puxado pela cabeça”	2	2	2
17	1- “Se eu tivesse a idade da menina, sabia responder” 2- “Se eu tivesse ido para a universidade, como a menina, ia saber responder”	2	2	2
18	1- “Se eu tivesse um lápis e uma folha” 2- “Se eu tivesse mais tempo” 3- “Se eu não tivesse a pressão do tempo”	1	1	1
19	1- “Se eu tivesse continuado a estudar, ia saber responder” 2- “Se eu tivesse estudado mais sabia responder” 3- “Se eu tivesse sido boa aluna a matemática, sabia responder”	2	2	2
20	1- “Se eu tivesse me concentrado mais, ia saber responder” 2- “Se eu tivesse mais tempo, conseguia” 3- “Se tivesse sido a uns anos atras, eu sabia responder”	2	2	2
<b>Condição: Idoso-Ouvinte</b>				
21	1- “Se a Ana tivesse aberto o envelope com a conta mais fácil, talvez acertasse”	3	3	3
22	1- “Se ela tivesse escolhido a mais fácil era mais fácil, mas a mais fácil qualquer pessoa responde a mais difícil é melhor para compreender as coisas”	3	3	3

23	1- “Se ela tivesse escolhido o outro envelope, se calhar acertava”	3	3	3
24	1- “Se ela tivesse escolhido a conta mais fácil, talvez soubesse responder”	3	3	3
25	1- “Se ela tivesse escolhido o outro envelope, talvez tinha acertado”	3	3	3
26	1- “Se ela tivesse estudado mais, talvez soubesse responder” 2- “Se ela tivesse escolhido o outro envelope, podia ser melhor porque podia ser mais fácil”	2	2	2
27	1- “Se a Ana tivesse escolhido o outro envelope, talvez acertasse”	3	3	3
28	1- “Se alguém desse a resposta a Ana, ela talvez acertava” 2- “Se ela fosse esperta, sabia responder mesmo que a conta fosse difícil”	1	4	1
29	1- “Se ela tivesse escolhido o mais fácil, era melhor”	3	3	3
30	1- “Se ela tivesse ido para a escola, talvez soubesse o resultado” 2- “Se ela fosse mais esperta, talvez soubesse o resultado”	2	2	2
31	1- “Se ela não sabia ler, então não podia responder” 2- “Se ela não foi a escola, também é normal que não saiba responder” 3- “Se ela for velha como eu, não sabe responder”	2	2	2
32	1- “Se ela tivesse estudado, talvez soubesse responder” 2- “Se ela for velha, não sabe responder” 3- “Se ela não andou na escola, não sabe responder”	2	2	2
33	1- “Se ela soubesse fazer contas de cabeça, ia acertar” 2- “Se ela tivesse ido para a escola, sabia responder mesmo que fosse difícil” 3- “Se ela tivesse escolhido o outro envelope, talvez tinha tido mais sorte”	2	2	2
34	1- “Se ela tivesse escolhido o outro envelope, talvez sabia a resposta”	3	3	3
35	1- “Se ela tivesse tirado o envelope fácil, talvez acertava”	3	3	3
36	1- “Se ela tivesse tido aulas de matemática, sabia responder” 2- “Se ela fosse boa a matemática, sabia responder mesmo sendo uma conta difícil”	2	2	2
37	1- “Se ela tivesse escolhido o envelope B” 2- “30 segundos era pouco tempo para ela chegar ao resultado”	3	3	3
38	1- “Se ela tivesse escolhido o envelope B”	3	3	3
39	1- “Se ela tivesse escolhido o outro envelope” 2- “Se ela tivesse se concentrado” 3- “Se ela fosse boa a fazer contas, sabia responder mesmo sendo difícil”	2	2	2

40	1- “Se ela tivesse sido esperta” 2- “Se ela tivesse acertado no envelope mais fácil, era melhor” 3- “Se ela tivesse pensado mais, ia chegar ao resultado”	2	2	2
<b>Condição: Jovem-Ator</b>				
41	1- “Se eu tivesse uma calculadora, tinha conseguido” 2- “Se a conta fosse mais fácil, eu tinha conseguido” 3- “Se me desse mais tempo, eu conseguia”	1	1	1
42	1- “Se me concentrasse mais, tinha acertado na resposta”	2	2	2
43	1- “Se eu tivesse uma calculadora” 2- “Se eu pudesse usar uma caneta”	1	1	1
44	1- “Se eu soubesse melhor matemática” 2- “Se eu tivesse uma calculadora” 3- “Se eu tivesse um lápis para fazer a conta a mão, talvez acertava” 4- “Se eu tivesse mais tempo, talvez conseguia resolver a conta”	1	1	1
45	1- “Se fosse uma conta mais fácil, eu acertava” 2- “Se não fosse de multiplicar, eu acertava”	1	1	1
46	1- “Se eu tivesse um lápis” 2- “Se eu tivesse uma calculadora”	1	1	1
47	1- “Se eu tivesse o telemóvel” 2- “Se eu tivesse a tabuada”	1	1	1
48	1- “Se eu tivesse mais tempo” 2- “Se não fosse a pressão do tempo” 3- “Se eu tivesse uma caneta”	1	1	1
49	1- “Se eu tivesse a calculadora do telemóvel”	1	1	1
50	1- “Se eu tivesse uma máquina de calcular” 2- “Se eu tivesse mais tempo para pensar” 3- “Se a conta fosse mais fácil”	1	1	1
51	1- “Se eu tivesse o telemóvel” 2- “Se eu tivesse a calculadora”	1	1	1
52	1- “Se eu tivesse uma caneta” 2- “Se eu tivesse uma calculadora ou o telemóvel”	1	1	1
53	1- “Se eu fosse mais esperta a matemática” 2- “Se eu soubesse a tabuada”	2	2	2
54	1- “Se eu tivesse um lápis” 2- “Se eu tivesse uma calculadora” 3- “Se eu tivesse puxado pela minha mente”	1	1	1
55	1- “Se eu pudesse ter usado o telemóvel” 2- “Se me tivesse dado uma caneta e uma folha” 3- “Se eu tivesse mais tempo”	1	1	1
56	1- “Se eu tivesse o telemóvel” 2- “Se eu tivesse ajuda” 3- “Se eu tivesse sem a pressão do tempo”	1	1	1
57	1- “Se eu tivesse escolhido o outro envelope, tinha sido melhor” 2- “Se fosse uma conta mais fácil”	3	3	3

58	1- “Se não houvesse tempo” 2- “Se eu tivesse sido mais rápida a fazer contas mentais” 3- “Se eu tivesse usado uma calculadora ou um lápis”	1	1	1
59	1- “Se eu tivesse usado uma calculadora” 2- “Se eu tivesse usado o telemóvel”	1	1	1
60	1- “Se eu soubesse melhor a tabuada” 2- “Se fosse uma conta mais acessível” 3- “Se fosse uma conta de somar ou de subtrair”	1	1	1
<b>Condição: Jovem-Ouvinte</b>				
61	1- “Se ela tivesse uma calculadora, era mais fácil” 2- “Se ela tivesse escolhido o envelope B, podia ter mais sorte”	1	1	1
62	1- “Se ela tivesse escolhido o outro envelope” 2- “Se ela tivesse tido um raciocínio mais rápido” 3- “Se ela tivesse outro grau de escolaridade, talvez tinha conseguido”	2	2	2
63	1- “Se ela tivesse escolhido o envelope B, talvez acertasse” 2- “Se ela tivesse sido inteligente, tinha acertado”	3	3	3
64	1- “Se ela tivesse uma máquina de calcular” 2- “Se ela tivesse escolhido o envelope B”	1	1	1
65	1- “Se ela tivesse escolhido o outro envelope” 2- “Se ela fosse mais inteligente”	3	3	3
66	1- “Se ela tivesse escolhido o outro envelope” 2- “Se ela tivesse se concentrado”	3	3	3
67	1- “Se ela tivesse escolhido o envelope B”	3	3	3
68	1- “Se ela tivesse tido sorte e escolhido o problema mais fácil” 2- “Se ela não estivesse a pensar nos chocolates”	3	4	3
69	1- “Se ela tivesse escolhido o outro envelope” 2- “Se ela tivesse mais concentrada”	3	3	3
70	1- “Se ela não fosse tão gulosa concentrava-se, em vez de pensar na conta, estava a pensar no chocolate” 2- “Se ela estivesse concentrada”	2	2	2
71	1- “Se ela tivesse escolhido o outro envelope” 2- “Se ela fosse mais esperta”	3	3	3
72	1- “Se ela tivesse escolhido o outro envelope” 2- “Se ela tivesse tido sorte” 3 “Se ela tivesse escolhido não participar no jogo”	3	3	3
73	1- “Se ela soubesse mais sobre matemática” 2- “Se ela tivesse escolhido a conta mais fácil” 3- “Se ela não tivesse escolhido participar no jogo”	3	3	3
74	1- “Se ela tivesse escolhido o outro envelope”	3	3	3
75	1- “Se ela tivesse escolhido o envelope B”	3	3	3
76	1- “Se ela não tivesse dificuldade a matemática, talvez acertasse”	2	2	2

77	1- “Se ela escolhesse o outro envelope” 2- “Se ela não tivesse stressada com o puder ou não acertar” 3- “Se o problema fosse mais fácil”	3	3	3
78	1- “Se ela escolhesse o outro envelope”	3	3	3
79	1- “As coisas teriam sido melhores para a Ana se ela não fosse tão gulosa por chocolates, porque assim tinha recusado participar no desafio” 2- “Se ela tivesse praticado mais a tabuada, seria mais fácil”	2	2	2
80	1- “Se ela tivesse tido a sorte de escolher o problema mais fácil” 2- “Se ela não tivesse tão stressada e preocupada apenas com os chocolates”	3	4	3

Legenda da cotação:

- 1- PCF centrado na Situação
- 2- PCF centrado no Sujeito
- 3- PCF centrado na Escolha
- 4- Outros

## Anexo E – Output do Acordo Inter-juízes

**Tabela 3.** Valor do acordo inter-juízes através do coeficiente de kappa de Cohen

<b>Medidas Simétricas</b>				
	Valor	Erro Padrão Assintótico <sup>a</sup>	T Aproximado <sup>b</sup>	Significância Aproximada
Medida de concordância Kappa	,945	,031	12,402	,000
Nº de Casos Válidos	80			

**Anexo F – Outputs da Comparação dos Focos do Pensamento Contrafactual em relação ao Nível Etário e à Posição pelo Teste de independência do Qui-Quadrado**

**Tabela 4.** Tabela de contingência para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e na Situação, em Idosos, na Posição de ouvinte

		<b>Foco do Pensamento Contrafactual</b>		
		<b>Escolha</b>	<b>Situação</b>	<b>Total</b>
<b>Fazer</b>	<b>Fizeram</b>	11	1	12
	<b>Não Fizeram</b>	9	19	28
<b>Total</b>		20	20	40

**Tabela 5.** Teste Qui-Quadrado para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e na Situação, em Idosos, na Posição de ouvinte

<b>Testes Qui-Quadrado</b>					
	Valor	df	Sig Assint. (Bilateral)	Sig exata (bilateral)	Sig exata (unilateral)
Qui-Quadrado de Pearson	11,905 <sup>a</sup>	1	,001		
Correção de Continuidade <sup>b</sup>	9,643	1	,002		
Razão de Probabilidade	13,403	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,001	,001
Nº de Casos Válidos	40				

a. 0 células (0.0%) esperavam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é de 6.00.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

**Tabela 6.** Tabela de contingência para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e no Sujeito, em Idosos, na Posição de ouvinte

		Foco do Pensamento Contrafactual		
		Escolha	Sujeito	Total
Fazer	Fizeram	11	8	19
	Não Fizeram	9	12	21
Total		20	20	40

**Tabela 7.** Teste Qui-Quadrado para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e no Sujeito, em Idosos, na Posição de ouvinte

Testes Qui-Quadrado					
	Valor	df	Sig Assint. (Bilateral)	Sig exata (bilateral)	Sig exata (unilateral)
Qui-Quadrado de Pearson	,902 <sup>a</sup>	1	,342		
Correção de Continuidade <sup>b</sup>	,401	1	,527		
Razão de Probabilidade	,906	1	,341		
Teste Exato de Fisher				,527	,264
Nº de Casos Válidos	40				

a. 0 células (0.0%) esperavam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é de 9.50.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

**Tabela 8.** Tabela de contingência para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e na Situação, em Jovens Adultos, na Posição de ouvinte

		Foco do Pensamento Contrafactual		
		Escolha	Situação	Total
Fazer	Fizeram	14	2	16
	Não Fizeram	6	8	14
Total		20	10	30

**Tabela 9.** Teste Qui-Quadrado para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e na Situação, em Jovens Adultos, na Posição de ouvinte

Testes Qui-Quadrado					
	Valor	df	Sig Assint. (Bilateral)	Sig exata (bilateral)	Sig exata (unilateral)
Qui-Quadrado de Pearson	6,696 <sup>a</sup>	1	,010		
Correção de Continuidade <sup>b</sup>	4,838	1	,028		
Razão de Probabilidade	7,013	1	,008		
Teste Exato de Fisher				,019	,013
Nº de Casos Válidos	30				

a. 1 células (25.0%) esperavam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é de 4.67.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

**Tabela 10.** Tabela de contingência para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e no Sujeito, em Jovens Adultos, na Posição de ouvinte

		<b>Foco do Pensamento Contrafactual</b>		
		<b>Escolha</b>	<b>Sujeito</b>	<b>Total</b>
<b>Fazer</b>	<b>Fizeram</b>	14	4	18
	<b>Não Fizeram</b>	6	16	22
<b>Total</b>		20	20	40

**Tabela 11.** Teste Qui-Quadrado para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Escolha e no Sujeito, em Jovens Adultos, na Posição de ouvinte

<b>Testes Qui-Quadrado</b>					
	Valor	df	Sig Assint. (Bilateral)	Sig exata (bilateral)	Sig exata (unilateral)
Qui-Quadrado de Pearson	10,101 <sup>a</sup>	1	,001		
Correção de Continuidade <sup>b</sup>	8,182	1	,004		
Razão de Probabilidade	10,600	1	,001		
Teste Exato de Fisher				,004	,002
Nº de Casos Válidos	40				

a. 0 células (0.0%) esperavam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é de 9.00.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

**Tabela 12.** Tabela de contingência para comparação dos Idosos e Jovens Adultos, na Posição de ouvinte, em relação ao foco do pensamento contrafactual na Escolha

		Nível Etário		
		Idosos	Jovens Adultos	Total
Fazer	Fizeram	11	14	25
	Não Fizeram	9	6	15
Total		20	20	40

**Tabela 13.** Teste Qui-Quadrado para comparação dos Idosos e Jovens Adultos, na Posição de ouvinte, em relação ao foco do pensamento contrafactual na Escolha

Testes Qui-Quadrado					
	Valor	df	Sig Assint. (Bilateral)	Sig exata (bilateral)	Sig exata (unilateral)
Qui-Quadrado de Pearson	,960 <sup>a</sup>	1	,327		
Correção de Continuidade <sup>b</sup>	,427	1	,514		
Razão de Probabilidade	,965	1	,326		
Teste Exato de Fisher				,514	,257
Nº de Casos Válidos	40				

a. 0 células (0.0%) esperavam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é de 7.50.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

**Tabela 14.** Tabela de contingência para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Situação e no Sujeito, em Idosos, na Posição de ator

		Foco do Pensamento Contrafactual		
		Situação	Sujeito	Total
Fazer	Fizeram	9	11	20
	Não Fizeram	11	9	20
Total		20	20	40

**Tabela 15.** Teste Qui-Quadrado para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Situação e no Sujeito, em Idosos, na Posição de ator

Testes Qui-Quadrado					
	Valor	df	Sig Assint. (Bilateral)	Sig exata (bilateral)	Sig exata (unilateral)
Qui-Quadrado de Pearson	,400 <sup>a</sup>	1	,527		
Correção de Continuidade <sup>b</sup>	,100	1	,752		
Razão de Probabilidade	,401	1	,527		
Teste Exato de Fisher				,752	,376
Nº de Casos Válidos	40				

a. 0 células (0.0%) esperavam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é de 10.00.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

**Tabela 16.** Tabela de contingência para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Situação e no Sujeito, em Jovens Adultos, na Posição de ator

		<b>Foco do Pensamento Contrafactual</b>		
		<b>Situação</b>	<b>Sujeito</b>	<b>Total</b>
<b>Fazer</b>	<b>Fizeram</b>	17	2	19
	<b>Não Fizeram</b>	3	18	21
<b>Total</b>		20	20	40

**Tabela 17.** Teste Qui-Quadrado para comparação do foco do pensamento contrafactual centrado na Situação e no Sujeito, em Jovens Adultos, na Posição de ator

<b>Testes Qui-Quadrado</b>					
	Valor	df	Sig Assint. (Bilateral)	Sig exata (bilateral)	Sig exata (unilateral)
Qui-Quadrado de Pearson	22,556 <sup>a</sup>	1	,000		
Correção de Continuidade <sup>b</sup>	19,649	1	,000		
Razão de Probabilidade	25,440	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Nº de Casos Válidos	40				

a. 0 células (0.0%) esperavam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é de 9.50.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

**Tabela 18.** Tabela de contingência para comparação dos Idosos e Jovens Adultos, na Posição de ator, em relação ao foco do pensamento contrafactual na Situação

		Nível Etário		
		Idosos	Jovens Adultos	Total
Fazer	Fizeram	9	17	26
	Não Fizeram	11	3	14
Total		20	20	40

**Tabela 19.** Teste Qui-Quadrado para comparação dos Idosos e Jovens Adultos, na Posição de ator, em relação ao foco do pensamento contrafactual na Situação

Testes Qui-Quadrado					
	Valor	df	Sig Assint. (Bilateral)	Sig exata (bi-lateral)	Sig exata (unilateral)
Qui-Quadrado de Pearson	7,033 <sup>a</sup>	1	,008		
Correção de Continuidade <sup>b</sup>	5,385	1	,020		
Razão de Probabilidade	7,362	1	,007		
Teste Exato de Fisher				,019	,009
Nº de Casos Válidos	40				

a. 0 células (0.0%) esperavam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é de 7.00.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

**Tabela 20.** Tabela de contingência para comparação dos Idosos e Jovens Adultos, na Posição de ator, em relação ao foco do pensamento contrafactual no Sujeito

		Nível Etário		
		Idosos	Jovens Adultos	Total
Fazer	Fizeram	11	2	13
	Não Fizeram	9	18	27
Total		20	20	40

**Tabela 21.** Teste Qui-Quadrado para comparação dos Idosos e Jovens Adultos, na Posição de ator, em relação ao foco do pensamento contrafactual no Sujeito

Testes Qui-Quadrado					
	Valor	df	Sig Assint. (Bilateral)	Sig exata (bilateral)	Sig exata (unilateral)
Qui-Quadrado de Pearson	9,231 <sup>a</sup>	1	,002		
Correção de Continuidade <sup>b</sup>	7,293	1	,007		
Razão de Probabilidade	9,918	1	,002		
Teste Exato de Fisher				,006	,003
Nº de Casos Válidos	40				

a. 0 células (0.0%) esperavam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é de 6.50.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Ana Cristina Quelhas, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.